

Cartas em cartaz

A VOZ DO POVO NA CORRESPONDÊNCIA
DOS GOVERNANTES



Ana Maria de Almeida Camargo
Bruno Delmas
Marcos Antonio de Moraes
Nadia Maria Weber Santos
Nicole Even

FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

PROMOÇÃO:

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O

H E N R I Q U E

C A R D O S O

REALIZAÇÃO:

Ministério do Turismo apresenta:



PATROCÍNIO:



REALIZAÇÃO:

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Copyright© 2022 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à
Fundação Fernando Henrique Cardoso – FFHC

Rua Formosa, 367 - 6º andar - Centro Histórico de São Paulo
01049-911 – São Paulo – SP
Site: <https://fundacaofhc.org.br>

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte.

Diagramação: Lisia Lemes - Lilemes Comunicação

Ficha catalográfica: Jéssica Almeida
(Bibliotecária – CRB 8/10593)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Internacional Cartas em cartaz: a voz do povo na correspondência dos governantes (2.: 2022: São Paulo).

Cartas em cartaz: a voz do povo na correspondência dos governantes / Bruno Delmas... [et al.]. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). – São Paulo : Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), 2022.
Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br>
ISBN: 978-65-87503-17-2

1. Arquivologia. 2. Arquivos. 3. Documentação epistolar. I. Delmas, Bruno. II. Fundação Fernando Henrique Cardoso. III. Título.

CDU – 930.25

Apresentação



O Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso reúne uma variada correspondência de populares. Pouco a pouco esse material tem vindo a público, selecionado e organizado de acordo com os tipos de solicitações, demandas, críticas e desejos expressos pelos seus autores, muitos brasileiros e brasileiras que se dirigiram por escrito ao então presidente da República. Preservado o anonimato do remetente, as cartas revelam como o cidadão comum enxerga a figura presidencial, o poder que exerce e a capacidade que tem (ou lhe é atribuída) para resolver dramas pessoais e mazelas coletivas.

Além de oferecer esse material ao público, o Acervo da Fundação FHC está interessado em promover o debate em torno do trabalho arquivístico e dos usos da correspondência entre populares e chefes de governo para a compreensão das relações sociais e política. Com esse objetivo, organizou um seminário internacional, “Cartas em Cartaz”. Dele, resulta esta pequena publicação.

Na primeira seção, compararam-se as cartas dirigidas ao presidente Fernando Henrique com aquelas destinadas a General Charles De Gaulle, presidente da França entre 1958 e 1969. Ou melhor, discutiram-se os desafios metodológicos enfrentados pelas equipes de historiadores e arquivistas dedicados ao trabalho de transformar extensos e variados conjuntos documentais em material útil aos pesquisadores e inteligível ao cidadão comum. Dessa seção participaram Bruno Delmas (École Nationale des Chartes), Nicole Even (Arquivo Nacional da França) e Ana Maria de Almeida Camargo (Universidade de São Paulo).

Na segunda seção, os participantes abordam o tema da correspondência sob a perspectiva do pesquisador interessado em identificar diferentes modalidades de uso social dessa forma de comunicação. É o que se encontra na apresentação de Nádia Maria Weber Santos (Universidade Federal de Goiás), pesquisadora que trabalha na intersecção da psicanálise com a antropologia e a história, bem como na exposição de Marcos Antonio de Moraes (Universidade de São Paulo) sobre as possibilidades e os limites da correspondência para a compreensão das sociedades em diferentes contextos históricos.

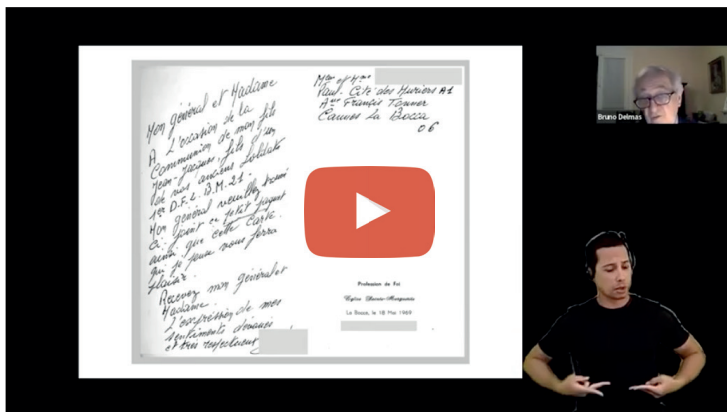
Sergio Fausto



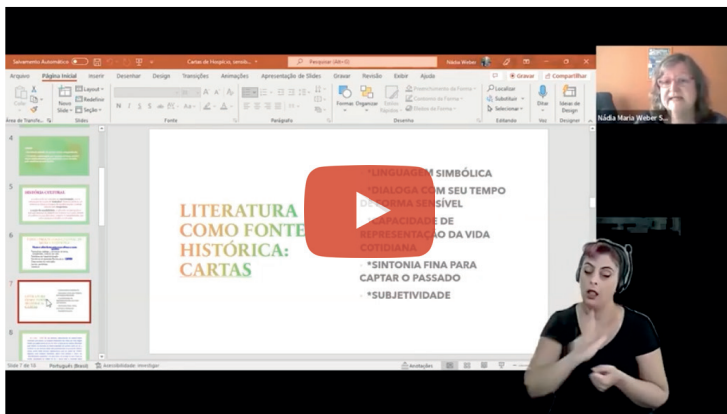
Vídeos



Acesse aqui o vídeo do primeiro dia do Seminário



Acesse aqui o vídeo do segundo dia do Seminário



O cidadão e o presidente: as formas de um diálogo

//////////////////// Bruno Delmas

Na introdução a este seminário dedicado à correspondência privada dirigida ao presidente, deixo claro que falarei sobre o caso francês. Saliendo também que, ao contrário do que o título indica, não são apenas os cidadãos que se dirigem ao presidente por meio de cartas: qualquer pessoa pode escrever a ele, inclusive os estrangeiros. Por fim, como todos sabem, qualquer pessoa que exerça autoridade recebe correspondência relativa à sua área de competência e, por vezes, fora dela. A correspondência presidencial é o caso definitivo desse tipo de correspondência.

A correspondência privada de que nos ocuparemos neste seminário é aquela de quem se dirige em seu próprio nome ao presidente por ele estar no topo do Estado, no topo do poder; o seu poder é exorbitante. As pessoas, portanto, imaginam que ele possui todos os poderes. O presidente responde, tanto como presidente quanto como um homem que deseja estar próximo do povo.

Essa maneira de se dirigir diretamente ao chefe de Estado faz parte de uma longa tradição que remonta à monarquia francesa e, de forma mais geral, a qualquer detentor de poder com quem se queira manter contato. O processo é recíproco: o presidente, por sua vez, também busca o contato com as pessoas, troca com elas, no que é conhecido como *les bains de foule*.¹ Por meio da carta, o indivíduo também se dirige ao presidente, mas, diferente de uma conversa, a escrita permite uma instrução, uma resposta que não consiste apenas de um palavreado bonito.

1. Em tradução literal, “banhos de povo”; trata-se do “corpo a corpo”, quando o político vai às ruas cumprimentar a população. [N. E.]

O presidente da República Francesa herdou, na mente das pessoas, esse duplo poder de chefe supremo da administração, bem como o direito de conceder indulto. De fato, o artigo 17 da Constituição francesa autoriza o presidente a exercer o direito de conceder indulto, ou seja, trata-se do poder de eximir o condenado do cumprimento de sua pena nos âmbitos administrativo, penal ou criminal. O perdão pode contemplar a totalidade da sentença ou apenas uma parte dela. Reminiscência do passado, esse direito monárquico foi progressivamente reduzido no período da República, quer pela evolução da legislação (abolição do banimento, da pena de morte), quer por disposições explícitas –como, em 2008, a abolição do indulto das sentenças coletivas ou durante o feriado nacional de 14 de julho, a anulação das penas para certos tipos de delitos para todos os infratores, como infrações de trânsito ou remições de penas (libertação de presos que ainda tenham, por exemplo, dois meses para cumprir). Hoje, o presidente só exerce seu direito de indulto a indivíduos em âmbito pessoal.

Portanto, centrarei minha intervenção em dois pontos: os motivos que levam a escrever ao presidente e como ele responde. Mas, antes disso, é preciso falar do serviço que processa a correspondência do presidente para a Presidência da República.

Serviço Postal da Presidência da República

Prévia da correspondência presidencial

É considerável o volume de cartas endereçadas ao presidente. Elas são processadas por um serviço especial cuja importância aumentou ao longo do tempo. Temos poucas informações anteriores à presidência de Georges Pompidou (1969-1974) e, nos períodos mais recentes, as condições de acesso não são fáceis; esses documentos ainda não foram transferidos para o Arquivo Nacional e estão protegidos por cláusulas especiais de confidencialidade.

Para se ter uma ideia de sua quantidade, calcula-se em 2 milhões o número de cartas recebidas pela Presidência da República e processadas pelo Serviço Postal durante o mandato de sete anos de Valéry



Giscard d'Estaing (1974-1981), ou seja, numa época em que não havia internet nem redes sociais.

Dois acadêmicos franceses, Julien Fretel e Michel Offerlé, obtiveram permissão para fazer uma pesquisa junto ao atual presidente, a ex-presidentes e a integrantes do Serviço Postal. Em 2021 eles publicaram o livro *Écrire au président, enquête sur le guichet de l'Élysée* [Escrever ao presidente, pesquisa sobre a central de contatos do Palácio do Eliseu], segundo o qual 40% da correspondência endereçada ao presidente hoje chegam na forma de cartas pelo correio; o restante consiste cada vez mais em algumas mensagens de voz e, principalmente, e-mails. As primeiras vêm mais de pessoas mais velhas do que as últimas, o que não surpreende. Porém, acima de tudo, observamos uma grande mudança com o surgimento do uso de e-mails a partir do início do século 21.

Assim, durante o atual quinquênio de Emmanuel Macron (2017-2022), que termina dentro de algumas semanas, ele recebeu mais de 1 milhão de cartas, ou seja, a mesma quantidade recebida durante os dois quinquênios de Nicolas Sarkozy e François Hollande. Quais são as causas dessa duplicação repentina? Há muitas, sem dúvida: a crise sanitária e o confinamento, a banalização do uso da internet, o trabalho remoto e as redes sociais, as questões sociais... No entanto, esses números devem ser tomados com cautela, pois são bem diferentes dos números da correspondência dos presidentes anteriores à internet. A comparação dos números de correspondência armazenada no Arquivo Nacional com o volume da correspondência em curso no serviço postal da presidência de Emmanuel Macron, informado aos pesquisadores, diz respeito ao mesmo *corpus* de cartas. Porém, a verdade é que estamos diante de números consideráveis.

Uma observação: é preciso mencionar a correspondência da primeira-dama. Ela não tem função oficial na França, mas também recebe muita correspondência. Além disso, algumas cartas são da competência do presidente, sendo encaminhadas ao Serviço Postal da presidência, ao passo que outras referem-se a áreas de que a primeira-dama decidiu encarregar-se pessoalmente, muitas vezes as áreas social e de saúde, sendo processadas pelo seu secretariado particular. Suas respostas e intervenções são privadas e discretas. Mas pode haver exceções, como Danielle Mitterrand, que



assumia posições ou, às vezes, fazia declarações políticas (viagem a Cuba com Fidel Castro).

Organização e funcionamento do Serviço Postal da Presidência da República

O Serviço Postal da Presidência da República Francesa evoluiu ao longo do tempo, tendo muitas vezes sido reorganizado a cada presidente, e ele ganhou cada vez mais importância com a “presidencialização” da função. A princípio um simples serviço de triagem, de comunicar ao gabinete do presidente as cartas que valiam a pena, respondendo às outras com cartas de cortesia padronizadas, ele às vezes era usado para escolher cidadãos passíveis de serem convidados para debates. Na época do presidente Giscard d’Estaing, por exemplo, muitas cartas (mais de mil) eram convites para jantar, porque o presidente gostava de compartilhar a vida familiar dos franceses e marcar sua proximidade com o povo. No entanto, dentre essa correspondência tão abundante e autêntica, apenas uma dezena, selecionada pela qualidade da carta e pela possibilidade real de responder ao convite, realmente chamou a atenção do presidente e de seus assessores.

Para saber a opinião pública, não foi nessas cartas que nos baseamos. As cartas privadas, demasiado aleatórias, não foram consideradas representativas, apesar do seu número, apenas uma série de casos particulares. Foram levadas em consideração as pesquisas de opinião dos institutos de pesquisa, criadas antes da guerra, à semelhança dos Estados Unidos. Esses institutos escolhem cientificamente as pessoas de referência e constituem os “painéis” representativos, considerados mais confiáveis.

A análise revela duas coisas: percebemos que os acontecimentos que viram notícia na imprensa e nas mídias audiovisuais nem sempre coincidem com as preocupações expressas pelos missivistas. Apesar de todos os esforços de objetividade, quando se trata de um assunto polêmico o analista será mais sensível e receptivo às palavras de quem pensa como ele do que às de quem pensa diferente e de quem refuta *a priori* os argumentos que lhe parecem inúteis (“eutanasia”). Há, por-



tanto, um risco de seleção tendenciosa e influência sobre o presidente, mesmo que ele negue. A inteligência artificial permitirá um tratamento mais preciso dessas correspondências?

Após a presidência de Nicolas Sarkozy (2007-2012), que havia sido criticado pelo uso excessivo de pesquisas, seu sucessor François Hollande (2012-2017) decidiu abrir mão delas e se interessar mais por essas correspondências para sentir a opinião pública sem ser influenciado por elas, segundo ele, em suas decisões. O Serviço Postal, a par do seu trabalho tradicional, dotou-se então de uma unidade de análise que se aperfeiçoa cada vez mais, graças aos progressos na análise de dados e, agora, na inteligência artificial.

É importante conhecer a organização e o funcionamento do Serviço Postal durante uma presidência. Essa organização determina a distribuição de cartas entre os gabinetes. Quando o arquivista recebe a correspondência, ele respeita, aplicando o princípio do respeito ao dinheiro público, as regras próprias da classificação de cada gabinete e, em hipótese alguma, impõe outra classificação.

Tomemos o exemplo do serviço que processa a correspondência endereçada atualmente ao presidente da República Francesa, segundo a pesquisa de Julien Fretel e Michel Offerlé. As cartas pessoais endereçadas ao presidente são sempre, *a priori*, objeto de resposta, exceto as cartas classificadas como “sem acompanhamento”. Essas respostas são comunicadas, de acordo com a importância da correspondência, pelo próprio destinatário, por sua secretaria, por seu gabinete e pelo Serviço Postal. Este último recebe a correspondência e processa diretamente quase todas as mensagens. Um resumo semanal e mensal dá ao presidente um panorama da correspondência recebida.

No considerável volume de correspondência recebido pelos serviços do presidente da República, encontramos, por um lado, correspondências institucionais, que se enquadram no funcionamento normal da função presidencial, e correspondências dos ministérios, das administrações, de países estrangeiros, e, por outro lado, o volume não menos considerável de cartas que não provêm de remetentes públicos, mas de remetentes privados, endereçadas ao presidente. Pode-se perguntar sobre as motivações, a natureza e as formas dessa relação particular que certos indivíduos desejam manter diretamente com o presidente.



Mas voltemos à correspondência recebida. Uma pequena parte é chamada de “correspondência reservada”; são cartas de personalidades, enviadas diretamente ao gabinete do presidente.

A correspondência recebida é dividida em duas categorias, “opiniões” e “pedidos”, e dividida entre dois serviços. Lá, elas são atribuídas a diferentes assessores (editores) responsáveis por processá-las.

Por exemplo, na categoria “opiniões”, existem cinco polos de processamento:

- polo político: vida política, eleições etc.
- polo interno: segurança, segurança civil, laicidade, imigração, Justiça, serviço público, memória e comemorações, reforma territorial, ultramar etc.
- polo de políticas públicas: educação, meio ambiente, ecologia, agricultura, desenvolvimento, transporte, saúde, pesquisa, aposentadoria, habitação, trabalho, esporte, cultura etc.
- polo econômico: tributação, economia, empresas, comércio, indústria de energia, finanças, dívida etc.
- polo diplomático: assuntos internacionais, Europa, defesa, comércio exterior etc.

Os pedidos são processados em articulação com a administração em questão: administração fiscal, execução de uma decisão judicial etc.

Esse papel deveria ter sido reduzido com a criação do mediador da República em 1973, sob o nome de “defensor dos direitos”, em resposta à judicialização da sociedade. Este último tem a responsabilidade específica de intervir para resolver amigavelmente, antes de qualquer processo judicial, os conflitos de pessoas que se considerem prejudicadas por uma administração. Darei o exemplo de uma pessoa à qual foi negada a contabilização de uma parte de suas contribuições previdenciárias porque os documentos transmitidos na época pela Previdência Social tornaram-se ilegíveis por obsolescência do meio e cujos originais haviam sido destruídos pela Previdência Social.



Por que escrevemos ao Presidente da República?

Podemos distinguir quatro motivos principais para escrever ao presidente: a solicitação de um serviço; aprovação ou reprovação de uma medida; a proposta de uma medida; a necessidade de se expressar, de falar com alguém que escute e responda. No entanto, não vou me furtar a dizer que, em muitos casos, essas distinções têm um caráter um tanto artificial, na medida em que, muitas vezes, os motivos se misturam: pedidos de ajuda e elogios, elogios e sugestões de melhorias etc.



Os pedidos

Em geral, são cartas em que o missivista explica ao presidente o que deseja conseguir dele. Trata-se de uma abordagem de interesse próprio e factual. Pedidos de favores, indultos ou reconhecimento de direitos de que se considere privado.

Claude [redacted] 74355 11 DEC 65 10-12 65
 le Monsieur le Président de la République
 81 octobre 1965
 act en case sous des eaux logement
 deux sa fille
 26 rue Henri Maritz
 Juy - Metz
 Monsieur le Général de Gaulle
 Président de la République
 Elysée
 N° 54-505
 Monsieur le Président de la République
 Nous continuons à faire vos vœux,
 pour votre santé surtout, afin que vous
 puissiez continuer votre rôle de leader.
 C'est d'ailleurs la France sans vous!!
 Mon mari toujours souffrant vous suit
 chaque jour.
 Avec tout bon souvenir
 Monsieur le Président de
 la République, il honnora et l'admira-
 tion de deux braves Français si dévoués.
 Avec tout bon souvenir
 Monsieur Madame [redacted]
 deux leur fille
 26 rue Henri Maritz
 Juy -

16 B
 N° 54-505 Monsieur le Président de la République,
 En réponse à votre lettre pour les impôts
 nous n'avons rien reçu et l'échéance est le 15
 j'ai fait une lettre d'attente au percepteur de Craucot
 Sarthe Nous avons fait notre déclaration au
 maire le 17 octobre, nous n'avons pas reçu
 de réponse encore, nous sommes constamment
 hantés et sans logis que devons nous faire
 à mon mari au lit et ne peut-il s'occuper
 pour les démarches.

Fig. 1a e Fig. 1b A primeira carta é uma resposta mista a uma carta anterior de pessoas que, expulsas de suas casas por uma enchente, pediram ajuda ao general De Gaulle. Na frente, uma demonstração de apoio ao general; no verso, informações sobre a continuidade da resposta presidencial, indicação dos passos para impostos e habitação (veja também o carimbo de registro). (Archives Nationales AG/5(1)/1357)

Mas também pode ser um passo dado no interesse geral.

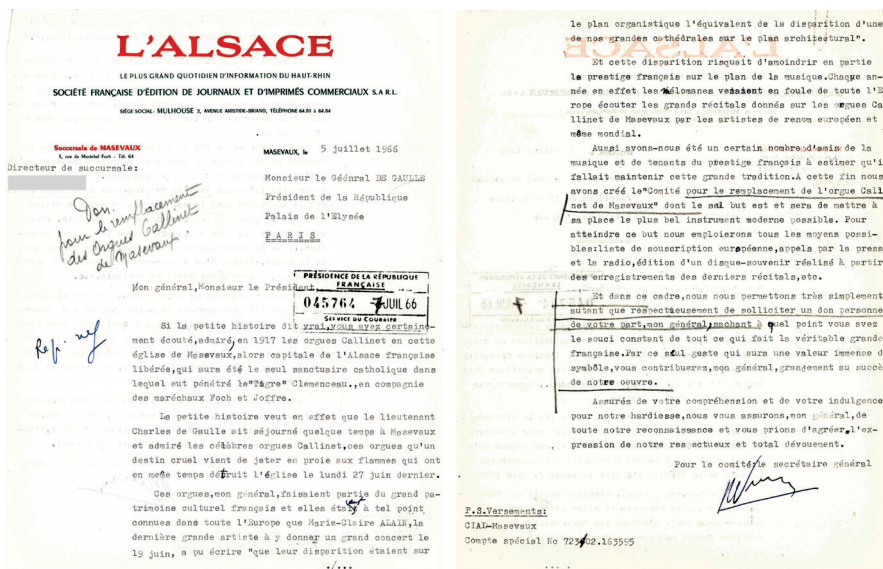


Fig. 2a e Fig. 2b A segunda carta é o pedido feito ao general para uma doação pessoal a uma associação cujo objetivo é substituir o órgão mais famoso e mais antigo da Alsácia, destruído em um incêndio. Para dar mais peso ao seu pedido, o autor usa o papel timbrado de um grande jornal local. Na margem, em nota, "rép. nég." [resposta negativa]. De fato, o presidente não é o rei da França, ele não pode atender a pedidos com recursos próprios, que não seriam suficientes. (Archives Nationales AG/5(1)/1357)

Os pedidos são, geralmente, de natureza administrativa. Eles são então retransmitidos pela presidência, "para que se tomem as devidas providências", aos funcionários administrativos locais competentes, muitas vezes os prefeitos dos departamentos, cabendo a eles, portanto, resolver o problema diretamente. Caso a providência do mediador não consiga resolver a disputa, existe a possibilidade de recorrer ao tribunal administrativo.

No caso dos pedidos relativos à Justiça propriamente dita, o presidente só pode se declarar incompetente, em razão da separação de poderes. Por exemplo, o indulto presidencial se dá somente após a

decisão judicial, não interferindo nela. É direito do presidente não permitir que a sentença seja executada ou modificá-la. Esse direito, como vimos, é cada vez mais limitado, mas ele existe para o acolhimento de crianças, casamentos póstumos (policiais vítimas de terrorismo, militares solteiros mortos em operação e cuja companheira não tenha direito ao estatuto de viúvas de guerra e os filhos, ao estatuto dos tutelados da nação), multas etc. Esses pedidos são tratados pelo assessor de Justiça do presidente em conjunto com o Ministério da Justiça.

Naturalmente, todas essas solicitações são sempre examinadas com os serviços antes da tomada de decisão e da redação da resposta. Essas cartas permitem que se chame a atenção do presidente para disfunções na administração.

Finalmente, encontramos os pedidos “de honra”: presidência honorária de um evento, comemoração (desembarque na Normandia em junho de 1944), inauguração (congresso internacional de Arquivos em Paris em 1988, discurso de abertura de François Mitterrand).

As avaliações ativistas relativas à ação do presidente

Muitas mensagens, que descreverei como “ativistas”, mostram ao presidente o interesse do missivista no que ele considera ser o bem comum. Em geral, encontramos primeiramente os estímulos do missivista para, por meio desse ato, manifestar seu apoio. Também podemos mencionar, nessa abordagem, todos os tipos de aprovação de uma decisão ou medida geral, que assumem a forma de cumprimentos, agradecimentos por uma declaração, uma decisão etc.



461, rue FRASER
Québec C. Québec

Québec, le 30 juillet 1967.

1) Général, Témi amada

Le cours de ces journées pleines de
si confuses émotions, permettes-moi de vous
exprimer par écrit ce que je n'ai pas osé
vous dire lors de ce long desfilé instant et éter-
nel vers le "Colbert". Et c'est tout simple-
ment: Merci. Merci d'être venu en ce coin
du monde. D'abord, et très égoïstement, en
mon nom personnel. De la gratitude au
P. P. F. et aujourd'hui à l'P. N. N., je pense
qu'il serait superflu que je vous explique
ce que cette présence a signifié pour moi.

Mais aussi au nom de tous ces jeunes
québécois qui n'auraient probablement pas
osé écrire pour vous reposer ce qui ils vous
ont dit en se vantant devant le Hôtel de
Ville de Montréal: "Merci, de famille!"

Ces jeunes que je retrouve aujourd'hui une
flamme nouvelle dans les yeux, ces jeunes
qui, pour la première fois de leur vie, se
sont devenus en toute confiance, ces jeunes
qui, durant de longs courts instants, ont
eu, enfin, quel qu'un à admirer. Et ne
crois pas que ce soit là le fait et l'ère
explication passagère. Aujourd'hui ils

ne se sentent plus seuls, simplement.
Ils savent aussi que grâce à vous le colo-
nialisme anglo-saxon a enfin été écarté au
grand jour. Et que vous seul pourriez faire
en sorte qu'il écarte. Pour tout cela, ja-
mais le Canada français ne vous sera
assez reconnaissant.

Quant à moi, si un jour je puis
vous être utile autrement que dans les
cadres de l'P. N. N., je me permets très res-
pectueusement, Général, de me mettre à
votre entière disposition.

Vous remerciant une fois de plus
pour les heures uniques que jamais je
n'aurais eu pourvoir vivre au Canada,
je vous prie de croire, Général, à l'ex-
pression de mon profond respect.

Cordialement de l'P. N. N.
pour le Québec.

No terceiro documento, um missivista estrangeiro do Québec agradece e concorda com o que o general disse e fez durante sua viagem ao Québec e, ao final da carta, lhe oferece seus serviços. (Archives Nationales AG/5(1)/1357)

Nas circunstâncias atuais, me vem uma lembrança. Vinte anos atrás, quando eu estava visitando um centro de arquivos em Moscou, me mostraram uma pasta inteira de cartas de franceses que haviam escrito ao czar Nicolau II. Com efeito, o czar havia proposto, em discurso a todas as potências da época, a redução dos armamentos e o abrandamento dos métodos de guerra, bem como a criação de um tribunal internacional responsável por arbitrar os conflitos entre os Estados. Esse ato de 24 de agosto e o programa de 30 de dezembro de 1898 levaram à primeira Conferência Mundial da Paz, realizada em 18 de maio de 1899 em Haia, muito antes da criação da Liga das Nações, antecessora da ONU. Entre as cartas dos franceses cumprimentando o czar, lembro-me em particular da carta de agradecimento de um simples padeiro de Carpentras, uma pequena cidade do sul da França, que expressou o entusiasmo de um homem do povo por essa ação em prol da paz universal.

Por outro lado, também há críticas, juízos desfavoráveis, condenações, recriminações, protestos, reprimendas, de teor mais ou menos virulento, que manifestam outra concepção sobre o interesse geral do país. Esses escritos podem conter propostas interessantes.

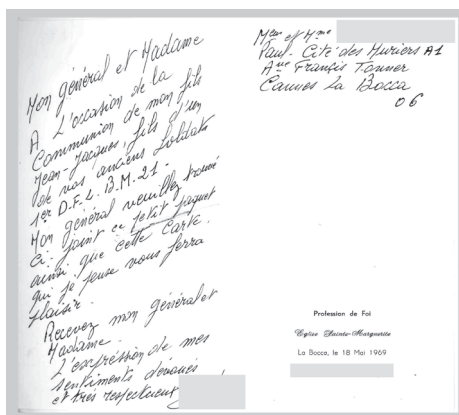
Por sua vez, simples insultos, muitas vezes ameaças anônimas, são escórias da voz do povo, classificadas como “sem providências a serem tomadas”.

O fluxo dessas cartas pode dar ao presidente uma impressão direta da evolução da situação da opinião pública.

E algumas delas fazem **propostas** de pequenas ou grandes reformas e ao mesmo tempo aconselham o presidente sobre o que deveria ser feito em nome do interesse geral. São opiniões, sugestões ou recomendações, mais ou menos informais, que também podem ser encontradas em cartas de aprovação. Assim como nas anteriores, as cartas que parecem úteis são encaminhadas ao gabinete do presidente.

Finalmente, um último tipo de carta, mais íntima, consiste em demonstrações de lealdade ou atende à necessidade de dividir sua alegria com o presidente, como se ele fosse um ente querido ou um familiar. Isso vai desde anúncios de casamento ou nascimento até desejos de feliz aniversário de nascimento ou de eleição, e de boa recuperação em caso de um problema de saúde. Essas cartas íntimas demonstram o carinho das pessoas pelo presidente.





Quarto exemplo: a participação da comunhão de um ex-companheiro de armas, uma carta de um eleitor que quer partilhar uma festa familiar enviando um presente (caixa de amêndoas açucaradas), com protestos de lealdade. (Archives Nationales AG/5(1)/1357)

Há outros tipos de cartas íntimas, não dos que lembram antigos laços de afeto ou estima, e sim que expressam a necessidade de confiar em alguém que tranquiliza e protege: o presidente encarnando a figura do pai.

Muitas cartas são também espécies de confissões ou demonstrações de problemas de casal, às vezes muito íntimos, íntimos demais. Não se trata mais de interesses diversos, mas do encontro moral de duas pessoas, do homem sem posses, do fraco, desorientado, perdido, que precisa dividir seu sofrimento moral com aquele que detém o poder e a glória; necessidade de expressar sua existência e provar a si mesmo que ele é alguma coisa, para aqueles que acreditam que ele não é nada.

Mas existem mais com pedidos de ajuda, de que alguém testemunhe seu desespero (intenções de suicídio que desencadeiam imediatamente o envio de pessoas à sua casa). Às vezes é também o apelo de uma pessoa desequilibrada que não suporta mais seu sofrimento psíquico, de alguém que quer dividir seus tormentos e precisa de cuidados psicológicos ou médicos.

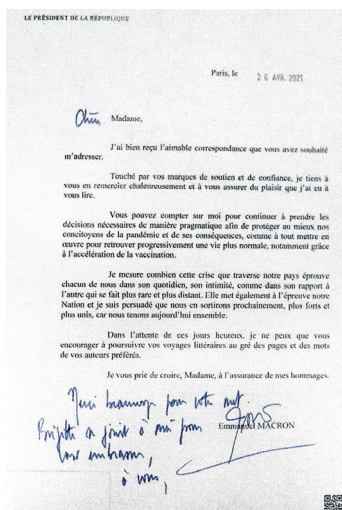
Escrever ao presidente pode ser considerado o último recurso de pessoas que não encontraram uma solução para seu problema íntimo; o recurso extremo.



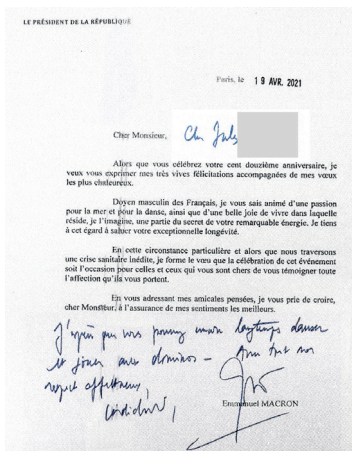
Os tipos de resposta

Se as cartas enviadas são, por definição, totalmente livres e, portanto, de uma incrível diversidade de material, estilo e escrita, o mesmo não acontece com as respostas. As respostas do presidente devem ser perfeitamente controladas: circulam cada vez mais facilmente entre familiares e amigos; algumas podem dar origem a recursos indevidos; outras podem ser divulgadas à imprensa ou nas redes sociais. Elas exigem, portanto, certa cautela e uma formulação simples e clara. Todos os serviços cuidam disso.

Como muitas cartas fazem perguntas semelhantes, há um grande número (mais de cem) de tipos de respostas que economizam tempo e evitam mensagens que possam se prestar a críticas ou controvérsias. É claro que a grande maioria das respostas é assinada por um membro do Serviço Postal, no caso das mais inócuas, e outras são assinadas por integrantes do gabinete do presidente. Eles começam com “O presidente me pediu que lhe respondesse”. O presidente só assina pessoalmente as respostas a personalidades francesas ou estrangeiras (detentor importante de cargo eletivo, embaixador, chefe de comércio ou indústria, figura da mídia etc.), bem como algumas cartas “comuns” que lhe são indicadas entre as mais interessantes, às quais ele acrescenta, na maioria das vezes, uma nota pessoal.



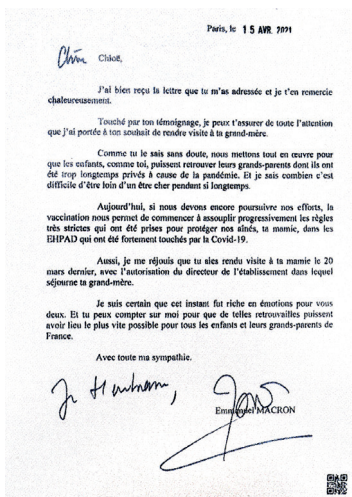
Quinto exemplo: resposta de Emmanuel Macron a uma senhora que lhe conta sobre o seu confinamento e como, por não poder viajar, ela viaja pela leitura. À resposta digitada, o presidente acrescenta uma nota manuscrita, confiando-lhe o testemunho de sua esposa. (Suplemento semanal nº 42058 de *La Croix*, 10 a 11 de julho de 2021)



Sexto exemplo: resposta de Emmanuel Macron à carta do francês mais velho por ocasião de seus 112 anos: na parte datilografada, ele retoma, à mão, elementos pessoais para desejar-lhe que dance por muito tempo. (Suplemento semanal n° 42058 de *La Croix*, 10 a 11 de julho de 2021)

A resposta do presidente às vezes provoca o envio de agradecimentos. Outras vezes, estimula a pessoa a escrever regularmente sobre diferentes assuntos – não se pode dizer, no entanto, que se trata de uma forma de diálogo.

Hoje, a banalização relativamente recente das redes sociais desarranja as comunicações pessoais e reduz o papel da correspondência em valor absoluto e ainda mais em valor relativo. As cartas ao presidente podem ser multiplicadas por dois considerando abordagens divulgadas nas redes sociais.



Sétimo exemplo: a resposta à carta de Chloé, de dez anos, impedida de visitar a avó num lar de idosos pelas medidas ligadas ao confinamento. Ao mesmo tempo, ela confia sua missiva às redes sociais, que a capturam e transmitem à imprensa escrita, o que faz surgir um problema real. O diretor do lar de idosos dá permissão a Chloé para visitar sua avó. O presidente naturalmente lhe deu uma resposta muito pedagógica, mas o problema já foi resolvido sem sua intervenção, graças à mídia. (Suplemento semanal n° 42058 de *La Croix*, 10 a 11 de julho de 2021)

As respostas diretas podem ser feitas com um simples tuíte, ou SMS etc. Vemos tuítes que transmitem quase instantaneamente nas redes sociais as opiniões ou os sentimentos das pessoas. Esse contato do povo com o presidente é importante, mas o presidente também precisa se comunicar com o povo. Ele também usa as redes sociais em detrimento de alguns comunicados de imprensa oficiais que existem mais do que nunca (morte de uma personalidade, um acontecimento no mundo, expressão de solidariedade diante de um desastre etc.); já não há inclusive cartas presidenciais dirigidas a todo o povo francês (campanha eleitoral de François Mitterrand, aquela recente de Emmanuel Macron) e comunicados de imprensa. É óbvio dizer que, hoje, as redes sociais estão mudando profundamente a relação do presidente com o povo.

Numa sociedade cada vez mais regida por normas, em que a lei quer regulamentar e especificar tudo, até ao mais ínfimo pormenor, inclusive as condições de vida e de morte das pessoas, resta sempre um espaço irreduzível, isto é, que não se pode reduzir, para a expressão da liberdade e da humanidade. É nesse espaço que se pode colocar, em parte, a correspondência presidencial.

Bruno Delmas

Professor Emérito da École Nationale des Chartes



Os arquivos presidenciais franceses

//////////////////// Nicole Even

Garantidores da memória da França, os Archives Nationales preservam os documentos dos diferentes regimes políticos que se sucederam, desde o século 7 até os dias de hoje, bem como arquivos privados e as atas cartoriais parisienses. Os documentos anteriores à Revolução e os arquivos cartoriais são mantidos na unidade de Paris, no bairro do Marais, ao passo que documentos posteriores a 1789 e arquivos privados são mantidos desde 2012 em Pierrefitte-sur-Seine, na região da Île de France.

De acordo com os prazos de comunicação, uma vez mais reduzidos pela lei de 15 de julho de 2008, qualquer pessoa pode consultar o arquivo público, ou seja, centenas de quilômetros lineares de arquivos de todo tipo, pergaminhos ou papéis mas também microfimes, gravações sonoras e arquivos digitais. Alguns simbolizam grandes etapas da história da França: o julgamento de Joana d'Arc, o testamento de Luís XIV, o diário de Luís XVI, o testamento de Napoleão, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, as sucessivas Constituições da França.

Todos esses documentos mobilizam os agentes dos Archives Nationales, que asseguram a conservação e comunicação de aproximadamente 308 quilômetros de arquivos para os 10 mil leitores que consultam todos os anos mais de 100 mil documentos (números anteriores à pandemia de Covid-19).

Em meio a esse imenso complexo, os arquivos presidenciais constituem um centro específico e prestigiado dos poderes Executivo e Legislativo. Nesse centro estão reunidos os arquivos da Terceira República (1870-1940), da Quarta República (1946-1958) e da Quinta República (1959 até aos dias de hoje). Os arquivos da Primeira República, que corresponde a um episódio do período revolucionário, encontram-se



guardado em outro centro do mesmo departamento, tal como os da Segunda República (1848-1851). É preciso lembrar que as Terceira e Quarta Repúblicas foram regimes parlamentaristas e que o verdadeiro poder estava nas mãos da presidência do Conselho, “em Matignon”, nome do edifício que abriga esses serviços, bem como nas do Parlamento. Tudo mudou com a fundação da Quinta República pelo general De Gaulle. Com efeito, a Constituição de 4 de outubro de 1958 estabelece um regime presidencialista. A partir de então, o poder passou às mãos do chefe de Estado, que mantém a presidência, após hesitações e não sem relutância, no Palácio do Eliseu, que se tornou uma verdadeira colmeia e foi rapidamente apelidado de “castelo” pelos franceses, sempre brincalhões. A natureza do arquivo produzido será, muito logicamente, transformada, e seu conteúdo se tornará muito mais rico.

Se começo minha apresentação com os arquivos da Terceira República, passando depois aos da Quarta República, me concentro mais especialmente nos da Quinta República, especialmente nos arquivos do general De Gaulle, presidente da República de 1959 a 1969, passando depois, mais rapidamente, pelos de Jacques Chirac, presidente de 1995 a 2007. Como chefe dos arquivos do general De Gaulle, cujo inventário, publicado em 2012 em forma de livro e disponível na internet, redigi, e dos arquivos de Jacques Chirac, pude me especializar nos arquivos presidenciais da Quinta República.

Dedico também um momento à criação do serviço de arquivo do Eliseu por Valéry Giscard d’Estaing, que mudou a situação dos arquivos presidenciais franceses. Não poderei – e acreditem que lamento muito – mencionar cada acervo de todos os sucessivos presidentes da Quinta República, porque enumerá-los seria tedioso e porque, não precisando lidar diretamente com o arquivo de Georges Pompidou (1969-1974) ou Valéry Giscard d’Estaing (1974-1981), nem com o arquivo de François Mitterrand (1981-1995) ou Nicolas Sarkozy (2007-2012), não sou especialista nesses acervos. Menciono aqui apenas os dois mandatos sucessivos de François Mitterrand, ou seja, quatorze anos de presidência do primeiro presidente socialista da Quinta República, cuja eleição, em 1981, suscitou um entusiasmo e uma alegria hoje difíceis de conceber, só igualados pelo medo sentido por outros franceses. No entanto, o presidente Mitterrand se encaixou perfeitamente nas instituições da Quinta República pelas quais havia lutado tanto e manteve, certamente com nuances, a política externa iniciada pelo general De Gaulle em seu tem-



po. Foi na política interna da França que ele imprimiu a mudança mais profunda e que conseguiu melhorar o destino das categorias sociais menos favorecidas, cumprindo assim suas promessas de campanha, e à custa de acrobacias econômicas, às vezes perigosas, e sendo muitas vezes criticado. O acervo presidencial de François Mitterrand, entregue aos Archives Nationales de acordo com o protocolo de entrega firmado no início do mandato de sete anos, com 14 mil caixas com a classificação 5AG/4, constitui o mais volumoso acervo presidencial da Quinta República, cujo processamento está em andamento pela transferência, ao sistema informatizado dos Archives Nationales, de um banco de dados estabelecido pelo serviço de arquivo do Eliseu. Esse conjunto impressionante é explicado pelo grande número de colaboradores de François Mitterrand e pelo seu interesse por história, que o deixou ansioso por imprimir a sua própria marca. Esse acervo fascinante – mas sujeito a constantes solicitações, especialmente do Instituto François Mitterrand, a certas rivalidades entre os antigos colaboradores do ex-presidente e a um elevado número de pedidos de consulta por isenção – constitui um verdadeiro desafio para os curadores por ele responsáveis, da mesma forma, sem dúvida, que a excelente biografia que o historiador britânico Philip Short dedicou em 2015 ao ex-presidente, intitulada *Portrait d'un ambigu* [Retrato de um ambíguo].

Vamos dar um passo atrás com o arquivo presidencial da Terceira República. Ele não é muito volumoso, mesmo sendo de um período tão longo: 150 caixas, ou seja, 15 metros lineares. Com efeito, os presidentes da República, assim como os membros do governo, sempre tiveram a liberdade de dispor como bem entendessem dos seus papéis ao final das suas funções. Assim, eles foram destruídos ou dispersos. Portanto, são mantidos poucos vestígios da atividade dos presidentes e suas comitivas. Os papéis de alguns deles, no entanto, escaparam parcialmente da destruição e foram mantidos com seus descendentes ou depositados, especialmente, nos Archives Nationales. Assim, são conservados, por exemplo, o arquivo de Adolphe Thiers, presidente de 1871 a 1873, e de Alexandre Millerand, presidente de 1920 a 1924. Além disso, a ausência de um verdadeiro serviço de arquivo no Eliseu, como na maioria das administrações da época, também explica esses desaparecimentos. Os documentos dos serviços administrativos e da Casa Militar, arquivados no subsolo do palácio, eram simplesmente eliminados à medida que as instalações ficavam congestionadas. Portanto, quase



não há documentos anteriores a 1900. As únicas séries relativamente homogêneas que chegaram até nós dizem respeito aos aspectos formais da atividade do presidente: viagens e visitas oficiais, recepções etc. Esses arquivos foram guardados porque poderiam ser úteis mais tarde, por seu valor como precedentes. Em suma, a importância e o interesse dos arquivos desaparecidos devem ser relativizados, pois os poderes do presidente da Terceira República eram limitados e a presidência era uma estrutura leve. O presidente, mais disponível do que hoje em dia, podia lidar diretamente com cada um de seus colaboradores e, em muitos casos, verbalmente. No entanto, o acervo, com classificação 1AG (a classificação AG é reservada aos arquivos presidenciais), apresenta uma riqueza óbvia. Os arquivos já citados retratam a França daquela época e a vida cotidiana no Eliseu. A partir da década de 1920, os arquivos tornaram-se mais completos, com o surgimento de um novo tipo de documento, por exemplo, notas sobre a organização em tempo de guerra, discursos e mensagens presidenciais, telegramas oficiais, notas da Inteligência Geral ou arquivo sobre crises políticas e sociais. Esse acervo é de acesso livre, com exceção de alguns documentos relativos à segurança do presidente da República e à presidência.

Na Quarta República, o papel do presidente era mais complexo, oscilando entre uma posição de destaque e uma função estritamente cerimonial. Conforme a Constituição de 27 de outubro de 1946, o presidente da República, primeira figura do Estado, é eleito pelo Parlamento. Guardião dos princípios fundamentais da Constituição, conta com numerosos conselhos e comitês para cumprir essa missão. As circunstâncias, em particular as guerras de descolonização na Indochina, depois na Argélia, o trabalho incessante e a autoridade moral dos dois presidentes sucessivos deram à função presidencial uma importância que os constituintes de 1946 não tinham realmente previsto. No entanto, a diferença de personalidade e posicionamento político entre Vincent Auriol (presidente de 1947 a 1954, ex-ministro socialista da Frente Popular em 1936) e René Coty (presidente de 1954 a 1958, classificado como de centro-direita) implicou um exercício de poder distinto. Vincent Auriol escreveu muito, preocupado com o legado que deixaria na história, e o acervo particular de Vincent Auriol (conservado nos Archives Nationales, sob o número 552 AP) também é uma fonte valiosa para os historiadores desse período. O próprio René Coty escreveu pouco por vontade própria, para preservar a reserva e o sigilo ligados



à sua função. Ele chegou a proibir seus colaboradores de manter um diário! Por fim, a incessante mudança de primeiro-ministro – alguns permaneceram no cargo por poucos dias! – deu ao gabinete presidencial um papel tranquilizador e de referência. O arquivo presidencial de 1947 a 1958 reflete essa ambiguidade no exercício do poder. Conservado sob a classificação 4AG, e compreendendo aproximadamente 930 caixas, foi transferido para os Archives Nationales entre 1978 e 1999, sob o comando do serviço de arquivo do Eliseu, criado em 1974 pelo presidente Valéry Giscard d’Estaing. O arquivo que ilustra a função de representação do presidente da República ocupa um lugar importante, não secundário, por suas consequências políticas na França e no exterior. Esses documentos também apresentam um retrato da França, de suas cidades destruídas e das restrições e da reconstrução no pós-guerra, sem esquecer os êxitos econômicos e as festas suntuosas organizadas no Eliseu ou no Castelo de Rambouillet. Esse acervo, com inventário impresso que pode ser consultado na internet, é quase totalmente acessível, com exceção dos documentos relativos à segurança do presidente da República e da presidência.

A fundação da Quinta República pelo general De Gaulle estabelece um regime presidencial. Esse desejo nasceu de sua análise definitiva da fraqueza do regime da Terceira República, causa do colapso da França em 1940, diante da invasão alemã. Ele tinha uma fórmula, assim como o segredo, em relação a esse assunto: “De novo, era preciso haver um líder e um Estado”. O general De Gaulle, muito apegado à escrita e ansioso por escrever suas *Memórias* para testemunhar sua ação diante da história, preocupou-se com a preservação dos documentos que tinham como origem seu papel como o primeiro presidente da Quinta República. Ele mesmo organizou as várias etapas da transferência de seu arquivo aos Archives Nationales. Foi assim que, em 1961, pediu o destacamento em meio período de Alice Garrigoux, curadora da Biblioteca Nacional – curiosamente, não chamou um curador dos Archives Nationales – para assumir o trabalho essencial de classificação e conservação. Ela foi logo assistida por Alix Chevallier, também curadora da Biblioteca Nacional, ela mesma assistida por... um guarda republicano. Esse arquivo compreende 2.806 artigos, totalizando 250 metros lineares. Assim, começou a se delinear um serviço de arquivo no Eliseu. Dez anos depois, o fracasso do referendo, desejado pelo general, sobre a regionalização e a reforma do Senado, na sequência



dos acontecimentos de maio de 1968, provocou a sua saída, em 28 de abril de 1969. Transferiu-se então para a Rue de Solférino, nº 5, onde se localizava seu escritório datado da época de sua “travessia do deserto”, entre 1946 e 1958, e atual sede da Fundação Charles de Gaulle, estando o arquivo ainda conservado na Presidência. Outros documentos chegaram ao seu escritório na Avenue de Breteuil. Ele levou ainda outros, úteis para escrever suas *Memórias*, para La Boisserie, sua residência pessoal, em Colombey-les-deux-Eglises. Ao deixar o poder, o general De Gaulle escreveu, em 21 de abril de 1970, a André Chamson, diretor do Arquivo da França: “Acho que seria conveniente que meu arquivo atualmente depositado na Avenue de Breteuil, 37, fosse classificado, listado, e que fosse preparado um inventário. Também acho que esse trabalho deve caber a um especialista que o senhor venha a designar [...]. O sr. de Beaulaincourt poderia entrar em contato com o senhor sobre esse assunto. Minha intenção é, de fato, entregar, um dia, ao Arquivo Nacional tudo o que tenha caráter de documentos de Estado, como fiz com meus arquivos de guerra”. Esses documentos foram, em seguida, transferidos, de 1971 a 1985, após a morte do general De Gaulle, em 1970, ao Arquivo Nacional, aos cuidados do almirante Philippe de Gaulle, filho do general.

O acervo presidencial do general De Gaulle é composto pelo arquivo da Presidência da República, ou seja, o arquivo dos *Quatro Grandes*, ou seja, a Secretaria Particular, o Gabinete, a Secretaria-Geral e o Estado-Maior Particular. Em 8 de janeiro de 1959, chegou ao Eliseu (nas palavras do historiador Jean Lacouture) “uma espécie de Academia da França Livre”, composta por 45 colaboradores, número modesto diante da imensa tarefa que lhes aguardava.

A Secretaria Particular, chefiada pelo mesmo homem de 1945 a 1970, Xavier de Beaulaincourt, é próspera na extraordinária longevidade do titular da função. Encontram-se lá muitos documentos anteriores ou posteriores à presença do general De Gaulle à frente do Estado, tanto documentos do período da “travessia do deserto” como anotações ou documentações utilizadas na redação das *Memórias de guerra* ou correspondência. É ali que são conservados os famosos “documentos cor-de-rosa”, batizados com o nome da cor da jaqueta que os abriga, ou documentos de personalidades, mencionados por Claude Dulong na obra *La Vie quotidienne à l'Élysée au temps de Charles de Gaulle* [Cotidiano do Palácio do Eliseu na época de Charles de



Gaulle]. Eles contêm a rica correspondência – amplamente explorada pelo historiador britânico Julian Jackson em sua biografia inovadora *De Gaulle: Uma certa ideia da França*, publicada em 2019 – que o general De Gaulle manteve com o mundo não apenas político, mas também intelectual, literário e artístico de seu tempo. Ele manteve uma correspondência particularmente constante com os escritores François Mauriac e André Malraux, é claro, mas também com Romain Gary, que escreveu ao general em 7 de julho de 1963: “O senhor nunca deixou de ser uma inspiração extraordinária para mim. Permaneci um francês livre: foi a melhor época da minha vida”. Outros escritores, como Jean Cocteau ou Jules Romains, escreviam regularmente ao chefe de Estado, que nunca deixava de respondê-los. É preservada também uma extensa correspondência com prefeitos da França, religiosos e membros do alto clero. Esses documentos são especialmente originais num acervo de arquivos presidenciais. O arquivo pessoal do Conselho de Ministros do general de Gaulle também pode ser encontrado no arquivo da Secretaria Particular. Finalmente, a magnífica coleção de 34 volumes encadernados de manuscritos dos discursos do general De Gaulle, que se estendem de 1946 a 1969, encerra o acervo. Esses volumes foram totalmente digitalizados e indexados por palavras-chave; podem ser consultados na internet, na sala de Inventários Virtuais do Arquivo Nacional. A gama desses discursos e dessas mensagens é muito ampla: discursos políticos, discursos proferidos durante as viagens do general pela França e pelo mundo, simples brindes por ocasião da recepção de um chefe de Estado estrangeiro no Eliseu, ou respostas a perguntas feitas por jornalistas durante memoráveis entrevistas coletivas do fundador da Quinta República. Esses discursos despertaram um fervor e um entusiasmo talvez difíceis de conceber para nossos contemporâneos. Discursos fundamentais, como o discurso de Ludwigsburg para a juventude alemã em 9 de setembro de 1962, o discurso da Cidade do México, o famoso “Marchemos la mano en la mano” feito da sacada do Palácio Nacional ou o famoso discurso de Phnom Penh em 1º de setembro 1966, construíram a lenda gaullista.

A principal atividade do Gabinete do Presidente da República consistia na organização de viagens e deslocamentos do general De Gaulle, tanto no exterior como na França. O general criou – era uma novidade – um serviço específico a fim de estabelecer uma organização eficiente, pois suas viagens eram muito mais numerosas que as de seus anteces-



sores. Esse serviço substituiu o antigo serviço do Ministério do Interior, e o Gabinete contou com 13 gerentes de projeto durante os dez anos do mandato do general De Gaulle, que percorreu incansavelmente o planeta, da Grã-Bretanha à Alemanha Ocidental, da América do Sul a Québec e até ao Camboja; as viagens do general De Gaulle ficaram famosas em todo o mundo. No que diz respeito ao arquivo, essas viagens deixaram documentos preparatórios, notas dos assessores, correspondência e um rico acervo de fotografias. O Gabinete também organizou viagens à França para chefes de Estado estrangeiros, para os quais o general quis que a República exibisse todo o seu esplendor, especialmente no Palácio de Versalhes, o que foi feito especialmente durante a inesquecível viagem de John F. Kennedy e sua esposa, Jacky, de 31 de maio a 2 de junho de 1961, novamente despertando um entusiasmo difícil de imaginar hoje em dia. O próprio general escreveu, em sua carta de resposta à primeira-dama americana: “Quanto aos parisienses, eles ficaram encantados”.

Por meio de suas viagens pela França, o chefe de Estado estabeleceu o vínculo com os franceses, o que Claude Dulong, na obra já citada, denomina “o velho e seu povo”.

No espírito do general De Gaulle, a Secretaria Geral estabeleceu relações com o Estado para ele. Ela ligava o chefe de Estado aos diversos departamentos ministeriais. Dos *Quatro Grandes*, a Secretaria-Geral desempenhou o papel mais importante, precisando lidar com a Guerra da Argélia, a política externa – graças à importantíssima célula diplomática composta por diplomatas, cada um especializado numa parte do mundo – e todos os aspectos da vida política, econômica e social do país. O secretário-geral, sucessivamente Geoffroy de Courcel (1959-1962), Étienne Burin des Rozières (1962-1967) e Bernard Tricot (1967-1969) tiveram precedência sobre os demais colaboradores do chefe de Estado. Ele se reunia com o general De Gaulle várias vezes ao dia, especialmente para um panorama e, à noite, para uma avaliação final dos assuntos atuais. Assistido por quatro assessores técnicos, eles próprios assistidos por gerentes de projeto, esteve em contato permanente com o chefe de gabinete do primeiro-ministro e com todos os gabinetes ministeriais. A nota ao general De Gaulle, redigida pelos assessores técnicos e gerentes de projeto, e entregue pelo secretário-geral, era o documento essencial para informar o chefe de Estado. Era devolvida ao autor da nota no prazo máximo de 24 horas, com anotações ma-



nuscritas do general (muitas vezes difíceis de decifrar!), ou com um simples “visto”, ou ainda portando sua famosa marca, a Cruz de Lorena, de acordo com o interesse demonstrado pelo presidente da República. Finalmente, o secretário-geral (e isso foi uma inovação) participava do Conselho de Ministros, sentado a uma pequena mesa atrás da grande mesa no Salão Murat. É assim que uma coleção completa de documentos do Conselho de Ministros é mantida.

Finalmente, o Estado-Maior Particular (EMP), chefiado por um general de Exército, sucessivamente o general Guy Grout de Beaufort e o general Jean Olié, ganhou importância naturalmente sob a presidência do general De Gaulle, ele próprio de carreira militar, voltando às mãos do chefe de Estado em virtude dos acontecimentos na Argélia. O chefe do Estado-Maior Particular era auxiliado em sua tarefa por dois oficiais-generais e oito oficiais superiores, cada um permanecendo dois anos no Eliseu. Os arquivos deixados por esse serviço são, no entanto, muito incompletos. Destruições voluntárias ou involuntárias? É impossível saber. Estão preservadas as cronologias dos comandantes militares –sendo o Palácio do Eliseu um palácio militar, protegido como tal –, o arquivo relativo à Guerra da Argélia, à rebelião do Exército e à reorganização do Exército que se seguiu a todos esses acontecimentos.

Os arquivos do acervo De Gaulle são quase inteiramente acessíveis.

Quando Valéry Giscard d’Estaing foi eleito presidente da República em 19 de maio de 1974, ele não tinha intenção de perturbar a organização da Presidência da República. No entanto, tomou várias decisões relativas ao arquivamento dos documentos produzidos no âmbito da presidência. Ele desejava, de fato, evitar que se repetissem as destruições e dispersões ocorridas no final dos mandatos do general De Gaulle e de Georges Pompidou. Para isso, encarregou seu chefe de gabinete, Philippe Sauzay, de implementar, com a ajuda de Perrine Canavaggio, curador dos Archives Nationales, um programa de conservação sistemática dos arquivos do Eliseu. O método é simples: quem produzia os documentos era responsável por eles, e o acervo formado por esses documentos não deveria ser desmembrado. Valéry Giscard d’Estaing estende a noção de arquivo de sua presidência ao arquivo produzido por todos os seus colaboradores, tanto os da Secretaria-Geral como os do Estado-Maior Privado. Assim constituiu-se, pela primei-



ra vez, um acervo completo de arquivos presidenciais. Formado por 4722 classificações, seiscentos metros lineares, e com a classificação 5AG/3, ele conta com um inventário impresso elaborado por Pascal Geneste, então curador dos Archives Nationales, e disponível na internet. Em 30 de janeiro de 1979, ao inaugurar a nova sala do Musée de L'Histoire de France nos Archives Nationales, o presidente Giscard d'Estaing declarou que considerava “o arquivo da Presidência da República [como pertencentes] à nação”. Em seguida, definiu claramente – pela primeira vez – o status público dos documentos recebidos ou produzidos no Eliseu. Em 25 de outubro de 1979, foi o primeiro presidente da República em exercício a assinar um contrato de depósito do arquivo presidencial, com o ministro da Cultura Jean-Philippe Lecat. Dali em diante, o princípio do protocolo de entrega, assinado pelo presidente da República, se aplicaria ao seu arquivo e aos de seus colaboradores. O prazo de liberação de documentos para acesso é definido em sessenta anos e a autorização para consulta, ou isenção, é concedida pelo próprio ex-presidente, assistido pelo gabinete organizado à sua volta após o término do mandato, data em que se volta a ser um cidadão privado. Esse arquivo (classificado como 5AG/3) consiste, muito tradicionalmente, em três conjuntos distintos: os documentos do presidente, os documentos da Secretaria Particular, do Gabinete, da Secretaria-Geral e os documentos dos serviços operacionais do Eliseu. Porém, mesmo bem-organizada, a coleta nem sempre é fácil. Perrine Canavaggio, então curadora em exercício no Palácio do Eliseu, indicou, em nota datada de 31 de dezembro de 1980 ao Secretário-Geral da Presidência, que o arquivo que permanecia, naquela data, nos escritórios de seus colaboradores representava 250 metros lineares, ou “tanto quanto todos aqueles que foram transferidos ao serviço de arquivo desde o início do mandato de sete anos”. Como de costume, a transferência se deu em caráter emergencial, entre a eleição de François Mitterrand, em 10 de maio de 1981, e sua posse, no dia 21 de maio seguinte. É certo que Valéry Giscard d'Estaing, o mais jovem presidente da Quinta República então eleito, inovou e demonstrou tanto uma preocupação verdadeira com a transparência como também o desejo de deixar aos historiadores material suficiente para escrever a história dos seus sete anos de mandato, uma prática que François Mitterrand, como vimos antes, desenvolveu posteriormente.

O presidente Jacques Chirac, que chegou ao Eliseu em 17 de maio de 1995, recolheu-se, sem ser acompanhado por câmeras, em La Bois-



serie, na casa que se tornou o museu do general De Gaulle. A paisagem austera que ele pôde contemplar da casa, tocante em sua simplicidade altiva, certamente o teria inspirado a meditar sobre a eternidade da França e a evanescência dos destinos humanos. Tal era a personalidade complexa de Jacques Chirac, que se preocupava menos que seus dois antecessores com seu legado para a história. O sistema de protocolo de arquivos foi escrupulosamente respeitado e assinado assim que o presidente assumiu o cargo em 1995. Em dois mandatos presidenciais, o Eliseu produziu um conjunto de 7 mil classificações, com liberação para consulta prevista em sessenta anos ou mediante isenções concedidas por Claude Chirac, filha do ex-presidente, para mil metros lineares, aos quais se somam mais 550 gravações sonoras, 1545 mídias audiovisuais, 3800 reportagens fotográficas digitalizadas em 2003, além de 1,4 GB de dados digitais, todos classificados como 5AG/5. A Presidência entrava definitivamente na era 2.0. Os inventários em papel do Palácio do Eliseu são inseridos no sistema de inventário do Arquivo Nacional, porque já não é possível realizar inventários em papel, dados os volumes envolvidos. Documentos em outras mídias são processados pelo curador responsável pelo acervo, em constante contato com os serviços especializados no processamento de mídias digitais. Para detalhar, esse acervo é composto por documentos provenientes pessoalmente do presidente Chirac, manuscritos anotados de seus discursos, notas de seus assessores anotadas a seus cuidados, relatórios muito ricos de seus encontros com chefes de Estado estrangeiros, mas também documentos de seus colaboradores. Uma originalidade deve ser observada: todos os documentos provenientes do Gabinete de Bernadette Chirac estão preservados. As cartas enviadas pelos franceses à primeira-dama, bem como as respostas que ela lhes deu, traçam um quadro bastante completo do país, desde comentários sobre a gravata do presidente até pedidos pungentes de ajuda financeira, busca de emprego ou autorizações de residência.

Para concluir, os arquivos presidenciais franceses, desde o general De Gaulle até os dias atuais, constituem uma das joias do patrimônio arquivístico francês. Fornecendo aos historiadores uma fonte primária, eles não deixaram de despertar o interesse apaixonado deles e, entre o público em geral, uma inegável curiosidade.



A tipificação da correspondência nos arquivos: questões metodológicas

//// //// //// //// //// //// //// //// //// //// //// Ana Maria de Almeida Camargo

O emprego de coletivos para designar certos conjuntos documentais tem sido uma constante no tratamento dos arquivos. Tanto os de origem institucional quanto aqueles acumulados por pessoas, todos padecem do mesmo problema quando se trata de nomear os subprodutos dos chamados atos de relação.¹ E as espécies que servem de veículo para a comunicação entre os diferentes atores envolvidos em processos relacionais, na esfera pública e na esfera privada, acabam formando um conjunto amorfo no qual as cartas, os ofícios e os memorandos, quaisquer que sejam seus meios de transmissão, suportes ou formatos, são agrupados sob a rubrica genérica de “correspondência”.

Esse procedimento redutor tem um duplo impacto sobre as atividades técnicas a que se deve submeter a documentação depositada nos arquivos. Em primeiro lugar, no processo de avaliação. As tabelas de temporalidade dos organismos públicos costumam determinar a eliminação cabal da correspondência ativa e passiva, sem considerar a possibilidade de reter, para fins de guarda permanente, as espécies representativas das atividades por eles desenvolvidas. Além disso, a

1. Por serem predominantes, os atos de relação destacam-se entre as estratégias discursivas empregadas por pessoas e entidades, desde os mais remotos tempos. Daí a observação de Marilena Leite Paes nas sucessivas edições de seu manual: “a correspondência merece tratamento especial por se constituir numa parte considerável dos arquivos, uma vez que as ações administrativas são, em geral, desencadeadas por seu intermédio” (PAES, 2005, p. 31).



ausência de um esforço de contextualização tem acompanhado, no campo das instituições públicas brasileiras, o tratamento da correspondência desde a fase corrente e é responsável, em grande parte, pelo descarte sumário que sela seu destino.

No caso dos arquivos de pessoas, a situação é um tanto diferente. A troca de mensagens é extremamente valorizada como representativa das relações mantidas pelo titular ao longo de sua vida, mas seu tratamento oscila entre dois extremos igualmente inadequados: o coletivo “correspondência”, com suas alargadas balizas cronológicas, e o tratamento individualizado dos itens que a integram, com a particularização dos assuntos tratados em cada mensagem. Ainda que se mencionem, nesse tipo de abordagem, as espécies utilizadas nos processos de comunicação, há uma deliberada renúncia aos dispositivos que, de acordo com os princípios da Arquivologia, demarcam a funcionalidade dos documentos numa perspectiva temporal.

Que dispositivos são esses? Em primeiro lugar, a identificação do documento a partir de sua espécie ou do seu tipo, nos moldes defendidos por Heloísa Liberalli Bellotto (2008). Ao contrário dos livros, os documentos de arquivo não têm título, como propõem as esdrúxulas normas internacionais de descrição, nem se definem pelos assuntos de que se ocupam. O que lhes confere sentido é sua funcionalidade e seu contexto imediato de produção, obrigando os profissionais da área a percorrer um caminho que vai do mais próximo ao mais distante, do mais específico ao mais genérico, do micro ao macro,² de modo a eliminar ou reduzir a ambiguidade dos processos tradicionais de classificação documental.

O acervo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob custódia da fundação que leva seu nome, constitui um laboratório perfeito para a caracterização dos documentos que, resultantes de distintas modalidades de relações dialógicas, ilustram procedimentos coerentes com as opções expressas em *Tempo e circunstância*.³ Há três grandes conjuntos de correspondência no acervo:

2. No sentido oposto, aliás, ao que preconizam as já citadas normas internacionais.

3. Neste livro (CAMARGO & GOULART, 2007) vêm discriminados e fundamentados os procedimentos metodológicos que norteiam a descrição do acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso.



1. a que vinha sendo acumulada pelo próprio titular ao longo de sua vida, com documentos originários de relações familiares, sociais, profissionais e acadêmicas por ele cultivadas;
2. a que, reunida durante seus dois mandatos presidenciais (1995-2002) e formada em grande parte de mensagens protocolares próprias do serviço público, foi transferida do Gabinete Pessoal de Fernando Henrique Cardoso;⁴
3. e, por fim, volumosa parcela da documentação mencionada no item anterior, composta de cartas em que diferentes segmentos da sociedade brasileira interpelam o presidente sobre os mais variados assuntos.

A inexistência de glossários que possam amparar o processo de identificação de tipos documentais levou-nos ao trabalho de estabelecer, junto ao material empírico e de modo concomitante, a funcionalidade das mensagens e seu contexto de produção. O procedimento demanda cuidados especiais. É preciso alcançar, na configuração dos tipos, certo grau de generalidade que permita utilizar o termo em situações similares; e é preciso, igualmente, especificar contextos que não se confundam com a funcionalidade estabelecida. Uma **carta de manifestação de pesar**, por exemplo, definida como mensagem em que se lamenta determinado acontecimento, permite a imediata compreensão do teor do documento, independentemente das atividades ou dos eventos que determinaram sua produção. A contextualização do documento, por sua vez, admite **acidente** (acontecimento que envolve dano, perda, lesão, sofrimento ou morte), **atentado** (ato ofensivo ou criminoso cometido contra pessoa, instituição ou patrimônio), **guerra** (conflito armado entre nações, partidos ou etnias, com o propósito de impor supremacia ou defender interesses materiais ou ideológicos), **invasão** (tomada ou ocupação abusiva de determinado edifício ou espaço), **óbito** (morte de alguém), **polêmica** (discussão ou disputa em torno de questão que suscita divergências) e tantas outras circunstâncias. Vale lembrar que a metodologia empregada na descrição do acervo da Fundação FHC privilegia o contexto mais imediato de cada

4. Tais documentos foram considerados, por força da lei n. 8.394, de 30 de dezembro de 1991, privativos do titular e, ao mesmo tempo, de interesse público.



documento, sem deixar de admitir outras possibilidades de contextualização. Um **ofício de manifestação de pesar** enviado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao chefe da nação norte-americana por ocasião do ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, em Nova York, pode ter pelo menos dois tipos de classificação contextual: **atentado e política de relações exteriores**, conceitos devidamente definidos em tabela auxiliar.

A tipificação das mensagens cuidou ainda de demarcar os elementos ativos e passivos de determinadas funções, distinguindo, por exemplo, as **cartas de manifestação de apoio** das **cartas de pedido de apoio**, as **cartas de apresentação de sugestão** das **cartas de pedido de sugestão**, e as **cartas de oferecimento de emprego** das **cartas de pedido de emprego**. A ideia é exprimir, com termos adequados e de fácil entendimento, o propósito essencial da mensagem.

A apresentação de alternativas é sumamente importante para designar tipos documentais nesse processo. As equivalências e possibilidades devem figurar no glossário. É o caso de **carta de apresentação**, **carta de indicação** e **carta de indicação de representante**. É o caso também de **carta de pedido de ajuda** e **carta de pedido de apoio**, e de muitos outros. Os ajustes devem sempre explicitar, por meio de remissivas, as opções mais convenientes.

Uma questão mais complexa está ligada à natureza das espécies documentais, cuja anterioridade em relação aos tipos foi tão claramente estabelecida por Bellotto em seu último trabalho a esse respeito (2018). A espécie é uma fórmula funcional vazia, que se converte em tipo quando uma determinada atividade lhe é agregada. Se se observam as espécies utilizadas nos atos de relação, verificamos que nem todas ostentam em sua estrutura a funcionalidade que as caracteriza. Os elementos que distinguem um ofício de uma carta recaem sobre a qualificação dos correspondentes e a maneira como a eles se aplicam os pronomes de tratamento e os vocativos. Com o memorando, que é o veículo de comunicação entre funcionários da mesma repartição, continuamos com o critério da qualificação dos correspondentes. O teor da mensagem (ou seja, a funcionalidade, que é apanágio da espécie) fica desassociado de seu enunciado. Idêntico fenômeno ocorre em outro grupo, formado por telegrama, aerograma, cabograma e *e-mail*, espécies que têm como elemento distintivo o meio de transmissão



empregado na comunicação entre pessoas e instituições, passando igualmente ao largo da função que cumprem. São ainda o tamanho e o formato da mensagem, e não sua finalidade, que definem o bilhete, o cartão, o cartão-postal e o próprio telegrama.

A função de convidar, por exemplo, não soaria bem se acoplada à espécie carta. A expressão carta de convite poderia, inclusive, gerar confusão não apenas com a carta-convite utilizada nos processos de licitação do serviço público, mas com o documento em que o residente legal no país assume a responsabilidade pela hospedagem de determinada pessoa vinda do exterior. A função deve converter-se na espécie “fechada”⁵ convite [figura 1], ficando a alternativa de se registrar a espécie original “aberta” (carta, ofício, cartão, telegrama etc.) a critério do arquivista, em nome do rigor descritivo.

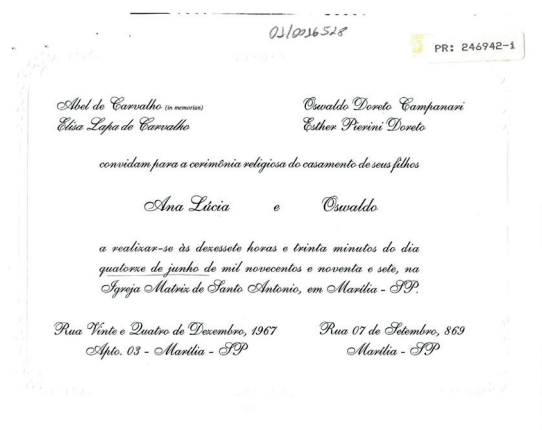


Figura 1
Convite de casamento recebido por Fernando Henrique Cardoso em 1997.

5. O atributo é inspirado na diferenciação que João Bosco Medeiros estabelece entre os veículos de comunicação, ao abordá-los sob o ponto de vista da precisão da linguagem neles empregada. “Uma comunicação torna-se eficaz quando o redator, em vez de utilizar um código aberto, usa um código fechado.” (MEDEIROS, 2010, p. 4) Ao distinguir espécies “abertas” e “fechadas”, nossa pretensão é emprestar maior rigor ao processo de tipificação da correspondência. Trata-se aqui de uma apropriação que nada tem a ver com o problema da polissemia das mensagens ou com os mecanismos de redução da ambiguidade a que o autor se refere.

O emprego de espécies “fechadas”, entendidas aqui como aquelas que explicitam sua funcionalidade, deve ser objeto de preferência no processo de identificação dos documentos. Em muitos casos apresentam-se de modo mais natural e compreensível. Desejar o pronto restabelecimento de alguém que se encontra com problemas de saúde é um lugar-comum entre os gestos de cortesia que se exprimem por meio de missivas. Os arquivos contêm uma série de mensagens nesse sentido, feitas por carta, cartão e outros veículos. Seria bastante estranho definir um documento como carta de desejo de pronto restabelecimento. O emprego de uma espécie “fechada” – o voto, que etimologicamente carrega o ato e o efeito de desejar – resolveria o problema a contento: voto de pronto restabelecimento. O mesmo mecanismo pode ser utilizado em situações convencionais, como nas festas natalinas [figura 2], ou quando se trata da reivindicação de um direito, como o que vem registrado na espécie “fechada” requerimento,⁶ ilustrada pela figura 4.

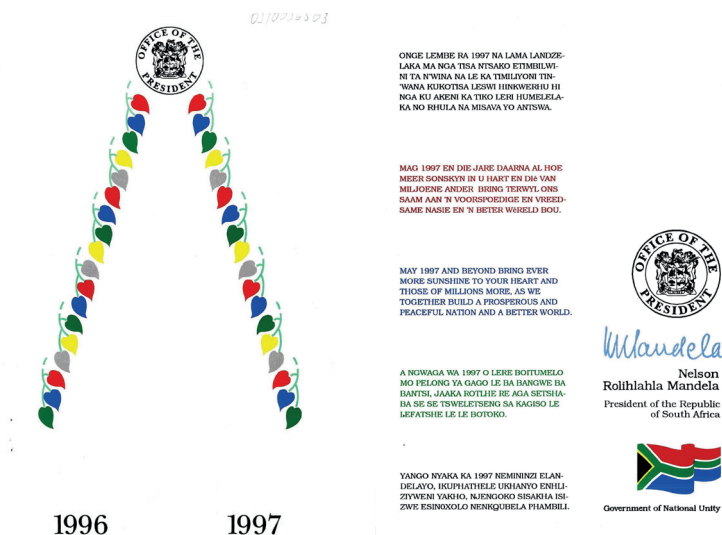


Figura 2
Voto de boas festas enviado a Fernando Henrique Cardoso, em cartão assinado por Nelson Mandela, presidente da África do Sul (1996).

6. O requerimento é a manifestação individual de reivindicação, dirigida a determinada autoridade pública ou colegiado, baseada em atos legais ou jurisprudência.

A busca de uma função única tem sido questionada pelos profissionais da área, sobretudo quando se deparam com mensagens que dão notícias variadas sobre o que se passa no ambiente familiar e profissional; a distância, a duração e a natureza do afastamento (viagem, mudança, exílio etc.) dos interlocutores acabam determinando a abrangência e o grau de particularização das notícias transmitidas. Como nomear tais documentos? As possibilidades oscilam entre **carta de notícias**, **noticiário epistolar** e **carta noticiosa**, nenhuma delas satisfatória. A melhor solução talvez seja o emprego da expressão **carta de atualização de informações**, sustentada pela imprescindível contextualização.

As mensagens do terceiro conjunto mencionado, cujos remetentes se confundem com os chamados cidadãos comuns, são passíveis dos mesmos procedimentos metodológicos. Muitas obedecem aos protocolos característicos de uma troca cerimoniosa de correspondência, mas há os que escapam completamente das formalidades de praxe, seja pela natureza e extensão dos argumentos apresentados, seja pelo tom confessional que sedimenta grande parte das reivindicações encaminhadas ao presidente. De qualquer modo, a funcionalidade precípua dessas cartas gira em torno de quatro grandes eixos: apelos [figuras 3 e 4], aplausos [figuras 5 e 6], críticas [figuras 7 e 8] e sugestões [figuras 9 e 10]. O glossário particulariza tais funções e fixa nuances dentro dessas grandes categorias. No âmbito da crítica, por exemplo, temos **cartas de ameaça**, **de cobrança**, **de denúncia**, **de desagrado**, **de discordância** e **de insulto**, entre outras. E dentre as que aprovam e aplaudem as iniciativas governamentais, as **cartas de cumprimentos**, **de felicitações**, **de parabéns**, **de congratulações** e outros registros de cortesia.



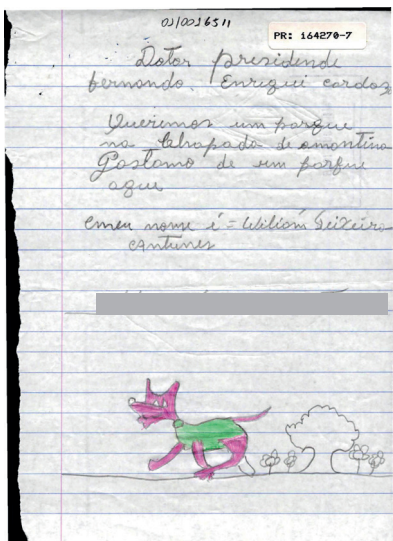


Figura 3
Carta enviada ao presidente em 1996, demandando a construção de um parque na Chapada Diamantina.

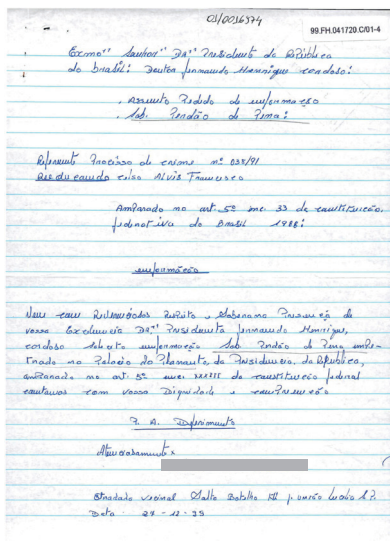


Figura 4
o remetente, na condição de presidiário, requer informações, em 2000, sobre a prerrogativa de indultar e comutar penas, típica do presidente da República.

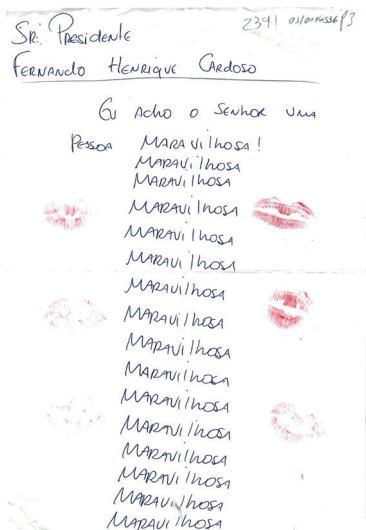


Figura 5
Carta em que uma admiradora exprime, de forma inusitada, seu apreço pela figura do presidente (1995).



Figura 6
Comparado à figura paterna, o presidente recebe cumprimentos pelo Dia dos Pais (2001).

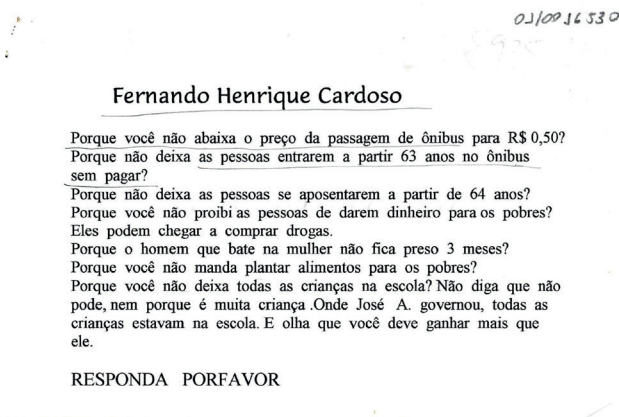


Figura 7
Em meio às cartas que o criticam e interpelam, o presidente é instado a resolver os inúmeros problemas que incomodam o cidadão (1998).

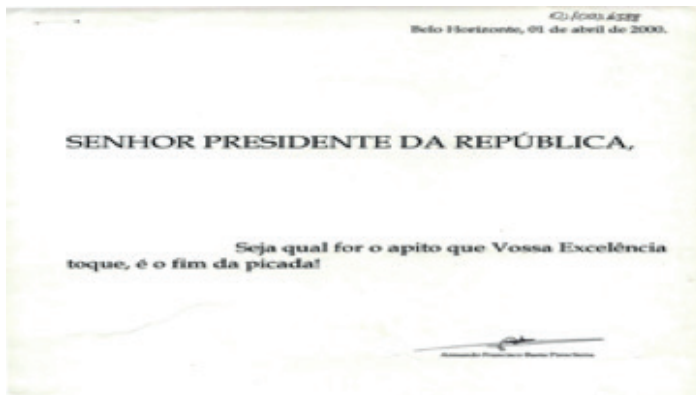


Figura 8
 Algumas manifestações críticas, como esta datada de 2000, têm texto sucinto e caráter de desafo.

Relatório de Itapiririm - ES - 10/07/2001 *01/06/2002*

PREZADO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DESTA REPÚBLICA;

Vossa excelência quer se "lutar" da metade dos ~~autômatos~~ **dois** país?
 Vossa excelência quer que A **RECEITA PER CAPITA** SUBA DE **6.900** PARA **9.800**?
 Vossa excelência quer A **RECEITA DO AGRICULTOR** SE 15% PARA 40%?
 QUER QUE A **INDUSTRIALIZAÇÃO** CHEGUE DE **30** POR CIL. PARA 18 POR CIL?
 QUER SE LIVRAR DOS **ALUNOS** QUE A **ESCOLA** **INVESTIRIA** TUAH NOS **COPES** BONDI?

- PRESIDENTE OS BOMES **SUPRA** CIDADOS, **ACQUIERIRIAM** AUTOMATICAMENTE COM A **SEPARAÇÃO** **DO** **MULTICA** DA **REGIÃO** **NORDESTE** DO **NOSSO** **PAÍS**.

- PRESIDENTE; **ETI** O **NUMÉROS**:

	BRASIL COM O NORDESTE	BRASIL SEM O NORDESTE
RECEITA PER CAPITA	6.900,00	3.051,00
INDUSTRIALIZAÇÃO	30%	15%
INDUSTRIALIZADO	30%	18%

COM DA POPULAÇÃO

BRASIL	52%	57%
NORDESTE	42%	25%
AMÉRICA	5%	12%
AMÉRICA	1%	6%

SALÁRIO MÍNIMO: **110,00 (NORDESTE)** **275,00** (BRASIL SEM O NORDESTE)
(TUAH A 2,96X EM 2001) (TUAH A 3,42X EM 2001)

- PRESIDENTE COM A **FABRILA** **SOCIAL** **ACIMA** **CHERREMOS** A **CONCLUSÃO** **QUE** **OS** **NUMÉROS** **SOBRES** **DO** **BRASIL** **SEM** **O** **NORDESTE** **(COLUNA** **DA** **DIREITA)**, **SECIAM** **USUÁRIOS** **DE** **UMA** **PAÍS** **DE** **AFRUMUNDO**, **TE** **LEVAREMOS** **UMA** **CONCLUSÃO** **QUE** **O** **NOSSO** **PIB**, **60%** **CONTINUARIA** **SENDO** **1** **DE** **10** **RAIÕES** **DO** **PLANETA**.

- PRESIDENTE; **OS** **13%** **QUE** **O** **NORDESTE** **PRODUZ** **PARA** **O** **PIB** **NACIONAL** **E** **DETERMINA** **EM** **COMPARAÇÃO** **COM** **OS** **OUTROS** **ESTADOS**.

VEI, 15 OUT 2001

TABELETA DE COMPARAÇÃO

PIB PER CAPITA

NORDESTE : 2.800 X SDO PAULO : 16.000
 PARANÁ : 11.150
 RIO DE JANEIRO : 3.100

Um **1/10** PROVISIONALMENTE **PAULISTA**, O **PIB** DE **SÃO PAULO** É 6 VEZES **MAIOR** **QUE** O **DO** **NORDESTE**.

PIB

O **NORDESTE** **GERA** **16** **13%** **DO** **PIB**, **APESAR** **DE** **TER** **30%** **DA** **POPULAÇÃO** **DA** **REPÚBLICA**, **50%** **DOS** **MIGRANTES** **DESTA** **PAÍS**, **EM** **30%** **DOS** **ANIMAIS** **DO** **PAÍS** **E** **UMA** **INFIMISSÍMA** **DE** **PROBLEMAS** **SOCIAIS** **DE** **NÍVEL** **INDIANO**, **QUE** **SOMAM** **SOMADO** **DOS** **COPES** **UNIDO** **QUE** **SÃO** **ENCUENTRO** **PELOS** **PAULISTAS**, **CARIÓTIPO**, **E** **OUTROS**.

CONCLUSÃO: O **NORDESTE** **SÃO** **AS** **ALGEMAS** **QUE** **NÃO** **DEIXAM** **ESSA** **IMAGEM** **SUPER-CORRIDA**, **QUE** **ATRAVAM** **O** **BRASIL** **E** **ESTRANHA** **A** **SOCIEDADE** **DE** **NOSSO** **PAÍS** **NO** **EXTERIOR**, **POIS** **POUR** **OS** **INDÍCES** **DE** **DESENVOLVIMENTO** **HUMANO** **MAIS** **PERTO** **DA** **ÍNDIA**...

PARANÁ; **POUR** **NOSSA** **ESSA** **AFIRMAÇÃO** **E** **QUE** **EU** **VOS** **NETO** **QUE** **COMEÇA** **UMA** **LUTA** **DE** **RECONSTRUÇÃO** **DA** **REGIÃO** **NORDESTE** **DE** **NOSSO** **PAÍS**, **ISSIM** **COMO** **A** **REGIÃO** **PAI** **COM** **A** **CONCLUSÃO**, **RESOLVA** **BRASIL**.

CONFEDERAÇÃO DE ITAPIRIM - ES, 10 DE OUTUBRO DE 2001

LEONARDO

Figura 9
 Uma sugestão para resolver os problemas brasileiros em 2001: separar o Nordeste do restante do país.

A contextualização de tais mensagens pode indicar eventos específicos que tenham afetado certos indivíduos ou grupos, provocando sua reação ou chamando-lhes a atenção. De modo geral, no entanto, correspondem a demandas sociais que se configuram como contrapontos das políticas governamentais. O próprio encaminhamento dado às cartas pelos responsáveis por esse serviço junto à Presidência da República sinaliza a área capaz de atender à demanda: saúde, habitação, trabalho etc.

Sem a pretensão de esgotar a matéria, esta comunicação sugere o cotejo com outras experiências e, mais que tudo, o debate a propósito da tipologia documental como ferramenta para a gestão dos arquivos.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Concepto de especie documental como antecedente al tipo em la teoría archivística”. *Boletín ANABAD*, Madri, 68 (3-4), pp. 446-455, 2018.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: A abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: Técnicas de comunicação criativa*. 20. ed. atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. revista e ampliada, 4. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



Cartas de hospício, sensibilidades da loucura

//////////////////// Nadia Maria Weber Santos

E se “escrever é um modo de não mentir o sentimento”, é porque escrever é uma respiração que escapa aos nossos próprios fingimentos. Mas Lispector acrescenta em seguida, para que não se acredite em uma simples busca de transcrição de sentimentos: “a transfiguração involuntária da imaginação é apenas um modo de chegar”.

Georges Didi-Huberman

TR¹ (1903 - 1938) foi um desconhecido do público leitor, internado pela família no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre (HPSP) por quatro meses do ano de 1937. A causa de sua loucura, informada pela família no momento da baixa hospitalar: ele gostava muito de ler e escrever. Internado, ele escrevia cartas, que permaneceram no prontuário médico. Dessas belas missivas depreende-se que ele queria ser escritor. Algumas eram bastante simbólicas, outras, bem realistas e outras, até “filosoficamente visionárias”. Em duas delas, ele escreve ao general Flores da Cunha, governador do Estado do Rio Grande do Sul à época.

No segundo semestre de 1998, quando iniciei a pesquisa para meu mestrado em História pela UFRGS, deparei-me com 12 cartas de um paciente internado no HPSP em 1937. As cartas estavam arquivadas aleatoriamente em seu prontuário médico, depositado com todos os demais prontuários (desde a fundação do hospício, em 1884, até o ano de 1972) no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS),

1. Preferimos aqui não identificar o paciente pelo seu nome completo, por questões éticas.

somando-se a uma infinidade de outras páginas onde constavam relatos médicos e de enfermagem relativos a essa internação de maio a setembro de 1937. Em geral, quando os pacientes eram pobres e a internação, custeada pelo Estado, os prontuários não eram tão detalhados. Mas nesse caso, a família do paciente se responsabilizara pela internação, inclusive pelos custos dela, e por isso a história pregressa e a evolução do paciente no hospital estavam fartamente documentadas na papeleta médica. Coube a mim, como pesquisadora/ historiadora, dar uma certa organização em todo esse material, transcrevendo as 12 cartas (e um versinho) que, após digitadas, somaram 52 páginas. E, como médica psiquiatra que também sou, eu conseguia compreender o conteúdo dos relatos médicos no cruzamento com os dados informados pela família e pelo próprio paciente.

No contexto das cartas, fui colocando-as em ordem cronológica (tanto quanto possível, pela data ou por seu conteúdo), mandei traduzir uma delas, que estava em alemão, e fui me afeiçoando àquela pessoa que escrevia muito bem. TR enviava cartas para o historiador, jornalista e escritor gaúcho Vianna Moog (que também tinha sua coluna num jornal da cidade de Porto Alegre), para o arcebispo metropolitano Dom João Becker, para editores de jornais paulistas e gaúchos, para Hitler e para o general Flores da Cunha, governador do estado, como já mencionado. Suas cartas nunca seriam enviadas.

No meu pré-projeto de mestrado, de 1997, a ideia era que os prontuários médicos fossem minhas fontes históricas. Eles foram. Porém, essas cartas são de conteúdo tão rico, que foram tomando uma grande importância e, assim, acabaram sendo utilizadas no mestrado e no doutorado como fontes para a pesquisa das representações, do imaginário e das sensibilidades sobre a loucura. Desde então, debruço-me sobre materiais de correspondências diversas, também de outros autores e, principalmente, autores que tenham alguma relação com a temática da loucura.

Os resultados dessas pesquisas podem ser encontrados em textos publicados com enfoques diversos, como se vê nas referências ao final deste artigo. Outras investigações derivaram dessas, como aquela chamada “Um percurso singular: do hospício para o mundo”, desenvolvida em um projeto de pesquisa coordenado pela saudosa historiadora Sandra Jatahy Pesavento, intitulado “Sensibilidades à margem”, finan-



ciado pelo CNPq; com a ajuda de uma bolsista e da rede social que existia naquela época (Orkut), investiguei a vida de TR fora do hospício por meio de entrevistas com familiares que encontramos na região metropolitana de Porto Alegre.

Neste texto, não vou me centrar em pontos teóricos sobre correspondências como fontes para os historiadores, uma vez que muito já foi escrito sobre isso. Falarei, isso sim, sobre o tratamento empírico dado às cartas e, em especial, comentarei as cartas de números 7 e 12, missivas endereçadas ao general Flores da Cunha (Elas podem ser lidas na íntegra ao final).

As “Cartas de hospício” do paciente TR formam uma espécie de diário íntimo do autor, nessas precárias condições de permanência em clausura. Consideradas pelos médicos de então como delírios e sintomas da doença mental que lhe afligia (*parafrenia*, na nomenclatura da época, ou seja, sofria de uma síndrome de delírios crônicos), são muito mais do que isso, pois constituem-se em confidências pessoais, reflexões, que mostram tanto o problema que afligia esse indivíduo em particular como aqueles pelos quais estava passando a humanidade naquele período histórico. Sua lucidez transparece nos “versinhos rudes” e no conjunto de sua missiva, como neste trecho: “... atestando o meu estado de hyper-excitação nervosa, que claramente transparece naqueles versinhos rudes, pelo facto de reviver dias amargos e estar actualmente adoentado e em tratamento achando-me sob o açoite da medicina que desequilibra para equilibrar...” (Carta 11).²

Ao analisar o conjunto da correspondência, deparei-me com uma história singular. Mesmo antes de saber que TR era filho e neto de imigrantes russos oriundos da Polônia, vindos de Lodz para o Brasil no final do século 19 para o Brasil, ficava claro que o paciente internado no hospício de Porto Alegre tinha uma vasta cultura e uma inteligência ímpar. Na prática, era uma família de pessoas trabalhadoras, que se instalaram em Canoas, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, onde tiveram uma fábrica de sabão e, posteriormente, no bairro do 4^o distrito da capital, uma padaria. No ano da internação, TR era casado e morador de Canoas.

2. Todas as cartas de TR citadas neste texto permanecem com a grafia original. Até hoje as cartas não foram publicadas em sua íntegra, mas o leitor curioso pode encontrá-las no tomo II da minha tese. Ver SANTOS, 2005.



Desde o relato de sua história pessoal, dos conteúdos de sua doença, passando por análises das situações econômica, política e religiosa mundiais daquele período histórico, indo até a exposição de críticas sobre sua internação e a própria medicina, resgata-se, nos manuscritos de TR, uma fina sensibilidade do autor, não compreendida naquele momento por aqueles de seu entorno – familiares, médicos, enfermeiros – e, menos ainda, pela sociedade em geral. Nessas missivas, ele discutia, analisava e interpretava o mundo à sua volta, bem como sua história pessoal. A Guerra Civil Espanhola, a ascensão do nazismo, o integralismo brasileiro, o papel da Igreja Católica e do clero nos problemas contemporâneos, até as questões econômicas do Brasil, a dívida externa, a função da imprensa, passando por conflitos familiares e pessoais, foram temáticas contempladas em seus “escritos sensíveis de hospício”. Sua inteligência e aptidão para as letras ressaltam na leitura das cartas. Ele deixava transparecer uma mágoa em relação à família, principalmente a seu pai e irmãos, os quais foram os responsáveis por sua internação no manicômio; dizia que estes o impediram de continuar nos negócios da família (padaria) e que o achavam louco porque lia e escrevia bastante.

Não há espaço aqui para tratar de todas as cartas, que têm conteúdos bastante significativos. Uma em especial possui uma versão em alemão, além de ter sido escrita em português; esta carta é muito importante no contexto geral, pois se intitula “A Confissão”, foi endereçada a Hitler e nela consta uma confissão de fatos acontecidos a ele – ele conta que foi seduzido por um padre da igreja. Existem duas versões dessa carta, como se uma (carta 5) fosse o rascunho e a outra, aquela que deveria ser enviada (carta 4). Na primeira consta a confissão, na segunda não. Comparando com as outras cartas em português, encontramos nesta, em alemão,³ conteúdos semelhantes ou aproximados, o que nos serviu de pistas para formularmos a história desse paciente e os problemas pelos quais estava passando no momento específico de crise psíquica.

Assim, a carta 4 (“A confissão”) tornou-se a mais importante para nós, na medida em que retrata, através do imaginário do doente, os conteúdos psicológicos que o afligem. O simbolismo presente ali (esta

3. O tradutor da carta salientou a excelência da língua alemã na qual foi escrita, o que denotava erudição e inteligência do paciente. Ver SANTOS, 2008 e 2013.



carta tem o tom mais “delirante”), tanto ao nível de conteúdos pessoais como arquetípicos, nos revela aos poucos toda a trama que sua vida teceu, até desembocar na “loucura”, na sua dissociação psíquica. Como se fosse um filme passando diante de nossos olhos, a carta aponta para a dualidade de sentimentos, para um drama não compreendido de um homem que manteve relações íntimas com um padre, a quem ele possivelmente amou e odiou... Essa carta apresenta a história psicológica de TR, uma síntese entre a história pessoal e a história coletiva:

Em muitos casos psiquiátricos, o doente tem uma história que não é contada e que, em geral, ninguém conhece. Para mim, a verdadeira terapia só começa depois de examinada a história pessoal. Esta representa o segredo do paciente, segredo que o desesperou. Ao mesmo tempo, encerra a chave do tratamento. É, pois, indispensável que o médico saiba descobri-la. Ele deve propor perguntas que digam respeito ao homem em sua totalidade e não se limitar apenas aos sintomas. Na maioria dos casos, não é suficiente explorar o material consciente... (JUNG, 1984, pp. 117-18)

Traçando um breve perfil de TR a partir de seus escritos, diríamos que se tratava de um homem que gostava muito de ler e escrever (carta 4) e conhecia vários autores, em profundidade, embora paradoxalmente negue isso (carta 9). Trabalhador desde muito jovem (carta 11), sentiu-se injustiçado quando o pai o tirou da sociedade da família, colocando seu irmão mais jovem em seu lugar. Teve um grande amor em sua vida, que foi frustrado em sua realização mais plena (carta 9). Casou-se, após inúmeras aventuras amorosas, com uma “moça de família” e teve dois filhos, sendo que sua primogênita morreu ainda bebê (carta 4), o que lhe causou um profundo sentimento de desamparo. Era um homem que refletia sobre os assuntos contemporâneos, adepto do integralismo (depois, deixou de ser) e da ciência positivista (cartas 2, 3, 10 e 11). Tinha ideias bem definidas sobre os padres da Igreja Católica (várias cartas), tendo sido “seduzido” por um deles (carta 4). Era um “homem da capital” (carta 3), embora residisse na região metropolitana (carta 8). Lia muitos filósofos, bem como conhecia alguns clássicos da literatura mundial (cartas 2, 3, 4 e 9). Bem-informado sobre o que acontecia pelo mundo, lia jornais de Porto Alegre e da Alemanha (cartas 1, 2 e 3) e posicionava-se em relação a discursos de líderes políticos e acontecimentos europeus,



como a Guerra da Espanha, que transcorria naquele momento (em quase todas as cartas).

Antes de mencionarmos, então, as cartas que ele escreveu ao general Flores da Cunha, mote deste texto, cujo entendimento depende desses preâmbulos, é importante ainda ressaltar algumas descobertas que fizemos na pesquisa com a família. TR cometeu suicídio em 1938, dez meses após sua alta hospitalar (SANTOS & AZEVEDO, 2009). E os filhos, que estavam perto dos setenta anos quando os entrevistamos, em 2008, não sabiam de sua internação psiquiátrica. Há muitos segredos e mistérios na família, cujas gerações posteriores reproduzem o distanciamento de TR e de seus irmãos. Pudemos apurar, porém, que todas as questões que TR mencionava nas cartas sobre a disputa familiar foram verdadeiras e não eram delírios seus.⁴

Nas cartas que nos interessam, escritas ao general Flores da Cunha, governador do Estado do Rio Grande do Sul na época, TR também lhe confia algo.

Pela história contada por seu pai ao médico no momento da internação, TR esteve em alguma “guerra”. Na carta 7, endereçada ao general Flores da Cunha, apresenta-se como o “vosso humilde e obscuro soldado” e revela que na Revolução de 1930 marchou “nas fileiras do exército da liberdade”. Conforme relato, ele teria levado um tiro na perna.

Mas, ao que parece, nessa carta de 7 de julho ele quer novamente (pois o conteúdo aparece em missivas anteriores) falar do clero, que julga nefasto e violador de todos os direitos:

Outrossim trago ao vosso conhecimento – conforme documentos juntos, que no meu obscuro modo de pensar poderão ser de utilidade para concorrer à victoria da causa da nação, de qual sois nesta hora legítimo pioneiro e expoente máximo da vontade da nação – desejando apontar-vos os erros políticos do clero, que por intermédio de sua ingênuas mas nefastas acção arruina indivíduos e leva à divergência toda uma nação e conforme atesta a história, desde remotos tempos, o mundo inteiro (Carta 7).

4. Para saber mais dessa pesquisa ulterior ao doutorado, ver SANTOS & AZEVEDO, 2009.



Como na Confissão (cartas 4 e 5), em que, em alemão (carta 5), ele confessou seu caso de amor e ódio com um padre que o seduziu, na carta 7 ele acaba por se colocar contrário aos padres da Igreja, pedindo ajuda tanto para Hitler quanto para Flores da Cunha, que a seu ver seriam autoridades máximas, para se livrar dos padres e de todo o clero. Esse motivo é recorrente em quase todas as missivas.

Façamos um brevíssimo comentário sobre a biografia do general José Antônio Flores da Cunha. Nascido em 1880, em uma estância do interior do Rio Grande do Sul (no município de Santana do Livramento), era de família abastada e com prestígios políticos. Formado em Direito, tornou-se delegado de polícia no Rio de Janeiro e, posteriormente, foi advogado em sua cidade natal e um político proeminente com uma vasta carreira no estado em que nasceu (filiado, inicialmente, ao PRR, tendo apoio de Borges de Medeiros em alguns cargos e episódios, foi deputado e senador em vários mandatos) e, também, no Rio de Janeiro e no Ceará, por contingências do partido. Por volta da data que nos interessa aqui como contexto, Flores da Cunha passou por diversos episódios da política regional e nacional, tendo sido comandante na revolução gaúcha de 1923, à frente das tropas legalistas, para manter Borges de Medeiros no poder, lutado nas revoltas/ guerras de 1924 e 1925 no estado e nomeado general, ainda em 1925, por decreto do presidente Artur Bernardes. Foi também parceiro de Getúlio Vargas por muitos anos, tendo sido um dos articuladores da revolução armada de 1930, que colocou Vargas como chefe do governo provisório do país após derrota nas urnas para Prestes. Nesse momento, em novembro de 1930, Flores da Cunha foi nomeado por Getúlio interventor no Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até 1935. E de 1935 a 1937, período que mais nos interessa, ele foi governador do estado do Rio Grande do Sul, com vários aliados políticos, mas também tendo sido esse o início de sua ruptura com Vargas, que se deu claramente com a instituição do Estado Novo em novembro de 1937. Cabe ressaltar que o general era tido como peça importante de várias lutas armadas que aconteceram nesses períodos, no Rio Grande do Sul e no Brasil, tendo estado à frente de vários grupos.⁵

5. Os episódios políticos no Rio Grande do Sul, na época em que Flores da Cunha atuou, são cheios de meandros, guerras e insurreições, conchavos políticos, brigas e fundações de partidos e alianças. Os detalhes não serão comentados aqui; para mais informações, ver o site do CPDOC-FGV, de onde foi retirada a compilação de



Nas cartas para o general, TR cita uma carta de Napoleão, dizendo:

Já Napoleão em carta dirigida a um Superior da Igreja, no ano de 1796, acusava-a de perturbação da ordem interna de seu paiz, ameaçando confiscar-lhe os bens, caso se repetissem tais desordens, prometendo, ainda, tocar os responsáveis cidade afora. Conheceis sobejamente a história e, para não vos roubar inutilmente vosso precioso tempo não me servirei de outros argumentos, senão as cartas adjuntas. (Carta 7)

Termina pedindo ao general apoio moral e material e dizendo que está disponível para a batalha, sob o seu comando. Estamos em 1937, ano da instalação do Estado Novo no Brasil, com o qual Flores da Cunha não compactua. TR não menciona Getúlio Vargas em suas cartas, mas alude a diversos momentos políticos do país, muitas vezes criticando, noutras sendo favorável ao que acontecia.

Já a carta de número 12, sem data – colocada ao final, pois não conseguimos identificar, pelo contexto, a ordem certa na correspondência completa de hospício –, ele interpela o general de outra forma. Embora também critique o clero, solicita que Flores da Cunha peça a Hitler que acabe com a Guerra da Espanha e que “chega de derramar sangue humano”. Diz ele:

Humildemente venho vos pedir transmittirdes ao sm. Hitler, pelos canais competentes, porque este ainda não terminou com a guerra de Hespanha, pois que tem documentos suficientes para faze-lo. Que deixe os legalistas vencer pois que o que estes querem é o mesmo que elle (Hitler) quer: terminar com a ignorância e (?) maldade christã do clero mais nada.

E continua afirmando:

Stalin não passa de um Paulo que perseguindo Christo, persegue seu próprio ideal dissiminando a morte. O meu artigo está desti-

informações acima e onde está depositado o arquivo de Flores da Cunha. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-antonio-flores-da-cunha>. Acessado em: 28/02/2022.



nado a terminar de uma vez para sempre com a ignorância mal-sã do clero e da rápida pacificação de Hespanha, que Hitler não poderá passificar nem com os mais sábios tratados com França e Inglaterra. Acho que basta de derramar sangue humano. Do vosso Soldado em Jesus Christo. (Carta 12)

Nota-se que ele era fascinado por guerras, tanto de forma positiva (pois coloca-se à disposição) como negativa (pois pede o fim da Guerra da Espanha), detalhe este que é comprovado por trechos de outras cartas.⁶ O conflito das guerras também pode ser simbólico do conflito psíquico pelo qual ele passava. Embora ele não se veja como um louco, e sim uma pessoa com conflitos emocionais (por exemplo, não sabia como lidar com sua relação amorosa com um padre da Igreja Católica), é muito perceptível que essa sensibilidade atravessa seu imaginário e o torna humanamente sofrido e repetitivo em suas tentativas de lidar com tais conflitos. Foram as cartas que, de certa forma, ajudaram-no nesse processo. Mas elas não foram suficientes.

Nas entrevistas realizadas com filhos e sobrinhos de TR, todos foram unânimes em dizer que TR era muito inteligente, muito estudioso, lia e escrevia bastante (preenchia as margens dos jornais de escritos) e se dizia perseguido pela Igreja, por bispos e religiosos. Era muito culto como seu pai, o qual tinha uma enorme biblioteca na casa de Canoas. Ele também era violinista e tocava violino na orquestra que antecedeu a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA). Seu pai, o avô dos filhos e sobrinhos de TR, tocava sete instrumentos, segundo os entrevistados, e TR “puxou ao pai”, com extrema sensibilidade para a música e para os estudos. Era esse pai que tinha a saboaria nos fundos da casa e a padaria em Porto Alegre, herança dos filhos e onde as brigas familiares começaram. Outro fato digno de nota diz respeito ao neto de TR, filho de seu filho que estava sendo gestado quando TR se suicidou: ele é muito semelhante ao avô, segundo os sobrinhos de TR, pois se diz perseguido no emprego por seus colegas. “Ele é diferente dos outros primos, se esconde, vive se esquivando” (SANTOS & AZEVEDO, 2009, p. 12).

Embora nenhum membro da família dessa geração de filhos e sobrinhos soubesse da internação psiquiátrica de TR e consequente-

6. Ver SANTOS, 2008 e 2013.



mente sobre as cartas escritas e mantidas no prontuário, como ficou claro nas entrevistas, todos foram unânimes a respeito da “esquisitice” de TR e sua mania de perseguição em relação aos irmãos e aos componentes da Igreja católica. E, ao se referirem ao suicídio, quase um tabu familiar, eles baixavam a voz e diziam que na carta de despedida, suja de sangue, que a família não nos mostrou, ele explicava tudo. (SANTOS & AZEVEDO, 2009, p. 14)

Será que explicava? Será que as letras foram suas companheiras até o final?

Nesse contexto, é digna de nota a carta 11, cuja destinatária era “a imprensa”. Talvez o artigo de sua autoria mencionado na carta 12, ao general, seja o texto dessa carta, escrita em 2 de setembro de 1937, alguns dias antes de sua alta hospitalar, que ele intitula “Meditações e previsões sobre o futuro”⁷.

Três excertos dessa carta chamam a atenção por seu conteúdo, que transita entre o simbólico e o “realista”. Apresenta-se ali a noção, existente no imaginário de médicos e da sociedade (aqui, representada pelos familiares de TR), de que ler demais enlouquecia. Corrobora esse pensamento o fato de seu pai e irmão terem referido isso ao médico na baixa hospitalar, um dos sinais de sua “loucura” e de seus delírios. Nas afirmações de seus descendentes, isso permanece no imaginário familiar:

Meu pae esteve aqui me visitando no sabbado passado. Eu querendo conseguir mais liberdade em casa, disse-lhe em resposta a sua pergunta se já tinha deixado a mania de escrever que se era loucura porque não me deixa esta. Foi quanto bastou para que pouco depois sahisse... [re]almente se despediu de mim. Para mim acho que esta contrariedade até é uma vantagem, pois que tenho notado, quando me incomodam, tenho até mais inspiração. É verdade que as vezes desanimo um pouco e não faltava muito me convencer da minha loucura ... (Carta 11)

Um pouco antes, nesta mesma carta, há uma crítica lúcida, dentro de seu “delírio”, sobre a situação do mundo, e TR arrisca, então, uma previsão sobre o futuro:

7. A respeito de sua alta hospitalar, é possível ler no prontuário médico: “Alta sem cura”.



Se o mundo continuar nesta marcha a hecatombe universal é inevitável. Uns devorarão aos outros, como lobos famintos...Vianna Moog disse: “No Brasil tudo muda, ninguém se entende e tudo vai bem!” O que se dá no Brasil dá-se com a maioria dos países. Nem o facismo, nem comunismo, nem ismo nenhum dará ao mundo a prosperidade se os povos não se convencerem de seu egoísmo. Comunismo e facismo não passam de um jogo passa-tempo. Onde surge o comunismo surge o anticomunismo. Onde surge o nazi e o fasci surge o adversário. Poderão nascer destas “creanças” quantas quizerem, nada adiantará...O Brasil deve e está deixando de coxilar naquela confiança inerte de que amanhã descobriremos um homem que pagará as dívidas do país, com seu bom governo. No Brasil tem de tudo menos união, e somente esta poderá salvá-lo de sua ruína completa. Deus foi brasileiro e ainda é. (Carta 11)

Diante do passado e do presente de nosso país e do mundo, poderíamos considerar um delírio essa análise de um “louco do hospício”?

TR tem, ainda, a noção clara de seu papel enquanto um “pequeno escritor”, não reconhecido publicamente, mas cujas ideias são ao mesmo tempo aceitas pelo “meio literário e autoritário” de seu país.

Aproveito ainda a estadia aqui no hospital para escrever algumas idéias e considerações porque sei estas estão tendo boa aceitação junto ao meio literário e autoritário do meu país por partirem de quem tem relativamente pouca cultura. Admiro-me as vezes que ainda há pessoas que me olham como quem está deparando com o milagre do século. Ora sabemos que destes pequenos milagres há milhões mundo afora, mas que não tem a petulância de se prevalecer da bondade e paciência de seu próximo como faço eu. Continuarei apesar, a escrever sei que contribuo com as minhas modestas linhas para a obra dos que pensam com sensatez nos problemas da atualidade mundial... Se os pequenos pensam como os grandes é sinal seguro de que ambos estão certos. Disse que escreveria enquanto estou aqui porque em casa não poderei fazê-lo, devido que pai mãe esposa irmãos se antepõem a mim como uns endemoniados por julgarem que estou louco. (Carta 11)



Exatamente por não trabalharmos com uma concepção de simbólico antagônica ao “real” é possível afirmar que o conjunto de imagens simbólicas (o imaginário, neste caso de um paciente tido como louco, apreendido em escritos contidos em cartas) se constituem em fontes preciosas para a pesquisa de uma realidade histórica (SANTOS, 2013). O símbolo serve justamente de traço de união entre “real” e imaginário, podendo levar, portanto, a uma transformação de sentidos. A interpretação dos símbolos das fantasias (sonhos, delírios, contos, obras de arte, correspondência...) do ser humano proporciona um mapeamento fidedigno do estado atual de seu psiquismo, bem como do espírito de uma época (SANTOS, 2008).

TR sofreu com a exclusão explícita, concreta, indo parar em hospitais, tendo sido desacreditado pelos seus familiares. Recebeu formalmente o rótulo de “doente mental”, ou seja, a concepção de mundo e de ciência de seus contemporâneos conduziu-o, sem entraves, a habitar o “espaço crítico” de sua psique, por um tempo longo demais. O que teria acontecido com ele após sua saída do hospital? Descobrimos posteriormente que ele se matou. E o que o levou a isso? Não é possível saber, uma vez que a carta de despedida que ele deixou não nos foi mostrada pelos familiares.

Como já apontei em outros trabalhos, defendo a ideia de que a doença mental não é *por si só* parâmetro de exclusão de qualquer indivíduo de seu meio sociocultural, uma vez que a grande maioria dos primeiros surtos da doença pode ser evitada ou plenamente tratada com sucesso fora do ambiente hospitalar, uma vez diagnosticados no início de sua evolução e desde que não tenham sido ainda manipulados com medicamentos, eletrochoque ou outros meios deteriorantes do psiquismo, incluindo as longas internações em manicômios que ainda existem no Brasil (SANTOS, 2008, 2013).

Infelizmente esse foi o fim de TR e de seu dom ímpar de transmitir o que pensava e sentia por intermédio de cartas. TR apresentava-se em sensibilidades múltiplas, que coloriam sua psique, suas alegrias e, muito drasticamente, suas tristezas e agonias. E ele sabia compartilhar suas questões mais profundas. “As sensibilidades são uma forma do *ser* no mundo e de *estar* no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” (PESAVENTO, 2005).



A eterna e arquetípica busca do sentido da história e de seus fatos, a partir de fragmentos (cacos) do passado, legitima a diversificação de fontes e métodos do historiador contemporâneo, a fim de perscrutar a história e a subjetividade de seres anônimos que, em sua humanidade, enriquecem nossas narrativas. As correspondências também servem a isso.

Referências:

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A vertical das emoções: As crônicas de Clarice Lispector*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

JUNG, C.G. *Memórias, sonhos e reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades...”. *Nuevo Mundo - Mundos Nuevos*, Colóquios, fev. 2005. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/229>>. Acesso em 28/2/2022.

SANTOS, Nádia M. Weber. “A correspondência (quase secreta) de Theodoro – Memória e silêncio, loucura e transgressão”. *Conexão Letras*, v. 6, p. 103-124, 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55518>>. Acesso em 28/4/2022.

_____. *História de sensibilidades: Espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937)*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12741>>. Acesso em 28/4/2022.

_____. *Histórias de vidas ausentes: A tênue fronteira entre a saúde e a doença mental (Reflexões a partir da História Cultural)*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Verona, 2013.

_____. “Narraciones de lo sensible:: una breve historia de sensibilidades sobre la locura (Siglo XX – Brasil)”. *Naveg@merica. Revista eletrônica editada por la Asociación Española de Americanistas*, Murcia,



v. 5, p. 5, 2010. Disponível em: < <https://revistas.um.es/navegamerica/article/view/111451/105801>>. Acesso em 28/4/2022.

_____. *Narrativas da loucura e histórias de sensibilidades*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2008.

_____. “Nas entrelinhas da história: Sensibilidade e exclusão em narrativas da loucura”. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 1, pp. 80-89, jan.-abr. 2006. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6172>>. Acesso em 28/4/2022.

SANTOS, N. M. W. & AZEVEDO, P.T. “Entrelaçando passado, presente e futuro: Uma busca sensível da memória familiar”. *Fênix*, v. 6, pp. 1-15, 2009. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/116>>. Acesso em 27/2/2022.

TR. Cartas de Hospício. 1937. Prontuário médico nº 7381. Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre/RS (APRS). inédito.



ANEXOS

CARTA 7

Ilmo Sr. General

José Antônio Flores da Cunha

D. D. Governador do Estado

Porto Alegre

Saudações,

Tem a presente o fim de hypothecarvos a inteira solidariedade deste vosso humilde e obscuro soldado, que já na revolução de trinta marchou nas fileiras do exército da liberdade.

Outrossim trago ao vosso conhecimento – conforme documentos juntos, que no meu obscuro modo de pensar poderão ser de utilidade para concorrer à victoria da causa da nação, de qual sois nesta hora legítimo pioneiro e expoente máximo da vontade da nação – desejando apontar-vos os erros políticos do clero, que por intermédio de sua ingênua mas nefasta acção arruina indivíduos e leva à divergência toda uma nação e conforme atesta a história, desde remotos tempos, o mundo inteiro.

Já Napoleão em carta dirigida a um Superior da Igreja, no ano de 1796, acusava-a de perturbação da ordem interna de seu paiz, ameaçando confiscar-lhe os bens, caso se repetissem tais desordens, promettendo, ainda, tocar os responsáveis cidade a fora.

Conheceis sobejamente a história e, para não vos roubar inutilmente vosso precioso tempo não me serverei de outro argumentos, senão as cartas adjuntas.

Quer vosso soldado demonstrar ao seu recto e bravo general que, como sempre, sabe ser disciplinado e pede-vos, o indispensável apoio moral e material e vossas ordens para o porvir.



Como podeis deduzir pelas provas juntas está tudo prompto p/ a batalha esperando tão somente vossa autoritária voz de comando. Aproveito a oportunidade para subscrever-me.

De V. J.

Humilde Amo e venerador

T. R.

Hospital São Pedro, 7 de julho de 1937.

PS: Rogo desculpar-me V. Excia o feitio desta que é cara como tudo, aqui no hospital, onde estou e tenho que lutar com sérias dificuldades para adquirir um pouco de papel e tinta na altura, pois creem que sou maníaco.

CARTA 12

Esta carta, sem data, foi colocada no fim do conjunto. Seu contexto também não é esclarecedor nesse sentido da datação. Entende-se que a carta 11 de nossa numeração realmente tenha sido a última escrita no hospital, em função de seu conteúdo e de sua data, que corresponde a poucos dias antes da alta hospitalar de TR.

Ilmo Sr Gal.

Flores da Cunha

Humildemente venho vos pedir transmittirdes ao sm. Hitler, pelos canais competentes, porque este ainda não terminou com a guerra de Hespanha, pois que tem documentos suficientes para faze-lo. Que deixe os legalistas vencer pois que o que estes querem é o mesmo que elle (Hitler) quer: terminar com a ignorância e (?) maldade christã do clero mais nada. Stalin não passa de um Paulo que perseguindo Christo, persegue seu próprio ideal dissiminando a morte. O meu artigo está destinado a terminar de uma vez para sempre com a ignorância malsã do clero e da rápida pacificação de Hespanha, que Hitler não poderá passificar nem com os mais sábios tratados com França e Inglaterra.

Acho que basta de derramar sangue humano.

Do vosso Soldado em Jesus Christo

T.R.

Esta carta deverá ser enviada ao general ou transmittida por telefone c/ urgência.

Não tem nada que conferenciar com o Arcebispo. Quem nos manda é Jesus por intermédio de seu servo, o doutrinador da sã doutrina.



Correspondência: potencialidades e limites no procedimento interpretativo

 Marcos Antonio de Moraes

Entre 2016 e 2019, a pesquisa “Epistolografia brasileira: levantamento bibliográfico, vicissitudes editoriais: perspectivas de exploração nos estudos literários” forneceu um exaustivo inventário de edições de correspondência no Brasil, espelhando diferentes registros discursivos e práticas de sociabilidade, do período colonial ao século 20.¹ A investigação buscou detectar nessas publicações justificativas (pessoais, familiares, sociais, culturais, políticas etc.) para a difusão de documentos institucionais ou da vida privada. Em seu desenvolvimento, empreendeu duas propostas de abordagem. A primeira, de natureza metodológica, avaliou as diversas escolhas editoriais que orientaram a difusão das missivas, colocando em pauta fundamentos filológicos, intervenções apócrifas e censuras no processo de transcrição das mensagens, enfrentamento de questões éticas, procedimentos de anotação, de organização dos volumes etc. A segunda proposta de abordagem ensejou uma avaliação de instrumentais mais propícios para a interpretação de cartas de escritores, aquilatando potencialidades e limites da utilização da matéria epistolar no terreno da crítica e da hermenêutica literária, da historiografia da literatura e dos estudos genéticos.

1. Marcos Antonio de Moraes. *Epistolografia brasileira: levantamento bibliográfico, vicissitudes editoriais e perspectivas de exploração nos estudos literários* (bolsa de Produtividade em Pesquisa, processo CNPq 305387/2015-4). Ver MORAES, 2016, pp. 139-63.



Concluído o projeto, o arrolamento de edições seguiu sendo ampliado, acompanhando o surgimento de publicações de correspondências. Atualmente, essa listagem contabiliza 325 livros, o primeiro deles, em termos cronológicos, de 1872, a *Correspondência e documentos oficiais relativos à missão especial do conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864*, obra impressa na Bahia; e as últimas, de 2021, a *Correspondência intelectual* de Celso Furtado, no catálogo da Companhia das Letras, de São Paulo, e as *Cartas* de Constança Guimarães (1871-1888), pela editora Quixote DO, de Belo Horizonte. Na lista de títulos, verifica-se a presença de cartas de personalidades históricas e da vida cultural e política brasileira, bem como, mais recentemente, cartas de pessoas comuns, como é o exemplo das missivas da jovem Constança, expedidas em Ouro Preto, retratando situações cotidianas, sensibilidades, afetividades. Para confirmar o notável interesse do campo editorial, na atualidade, por correspondências (manifestando, portanto, o interesse dos leitores), cabe fornecer um dado instigante: de 1872 a 1999, ou seja, no arco de mais de 120 anos, a tabela produzida no projeto computou 177 livros. E só nos últimos 22 anos, 148 obras. De fato, nosso tempo tem demonstrado grande curiosidade pela vida subterrânea pulsante nas cartas.

Desse conjunto de edições, destacam-se, entre aquelas impressas a partir de 2000, os volumes que integram a Coleção Correspondência Mário de Andrade, idealizada por pesquisadores do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, recebendo o selo da Edusp/IEB, e a Correspondência Machado de Assis, em cinco alentados tomos, levada a termo no âmbito da Academia Brasileira de Letras. Ambas se orientam segundo pressupostos científicos no trato da documentação de fonte primária em arquivos.

A Coleção Correspondência Mário de Andrade, em curso, acolhe diálogos epistolares do autor de *Paulicéia desvairada*. A correspondência de Mário caracteriza-se, no campo cultural e editorial brasileiro, pela excepcionalidade, tanto em termos numéricos quanto no que se refere à densidade dos debates intelectuais que o polígrafo instituiu entre os anos de 1920 e 1945. Desde 1958, quando Manuel Bandeira publicou as cartas que recebeu do amigo paulistano, até agora, circulam mais de quarenta volumes de sua correspondência entre edições e reedições, preparados por diversos organizadores, sendo estes os próprios interlocutores do escritor, profissionais de diferentes formações ou espe-



cialistas em sua obra e em epistolografia. Na Coleção Correspondência de Mário de Andrade, iniciada em 2000, eles agrupam as interlocuções do autor modernista com Manuel Bandeira (2000), Tarsila do Amaral (2001), Henriqueta Lisboa (2010), escritores e artistas argentinos (2013), Luiz Camillo de Oliveira Netto (2013), Newton Freitas (2017) e Alceu Amoroso Lima (2018), em edições preparadas respectivamente pelos professores Marcos Antonio de Moraes, Aracy Amaral, Eneida Maria de Souza, Patrícia Artundo, Maria Luiza Penna, Raúl Antelo e Leandro Garcia. Pelo menos uma dezena de edições encontra-se em preparo por diferentes estudiosos.

Os volumes contêm uma apresentação, “A Coleção Correspondência Mário de Andrade”, assinada pela Comissão Editorial, sublinhando a importância das cartas do polígrafo modernista “não apenas para a literatura, mas para o conhecimento da própria cultura brasileira”. A introdução explicita os fundamentos editoriais da coleção, tendo em seu horizonte a configuração de conjuntos epistolográficos “fidedignos”, de acordo com “metodologia científica”. Os organizadores escudam-se em princípios teóricos e metodológicos da crítica textual, da edótica, da codicologia e da crítica genética etc. Os volumes fornecem, em suas páginas finais, “normas para o estabelecimento dos textos”. Essas orientações foram aprimoradas ao longo dos anos, visando potencializar a compreensão da escrita epistolar em sua complexidade performática. No volume inicial, por exemplo, as abreviaturas nas cartas foram desenvolvidas na transcrição; nos seguintes, as abreviações foram mantidas, considerando-se que “testemunham mais que a pressa, a intimidade das relações”.² A mudança instaura-se em resposta à percepção avaliativa do professor de estética Jorge Coli, em sua coluna na *Folha de S.Paulo*, em 2000, na qual se deteve na *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Afirmou o crítico de arte: “Privar o leitor do texto em estado original é um empobrecimento. [...] Mantidas as abreviações sugeririam, quando empregadas, urgência, aceleração na escrita, compatível com um pensamento mais febril”.³

No que tange ao aparato de anotação das missivas, a coleção mostra o compromisso de esclarecer, “tanto quanto possível, o senti-

2. “A Coleção Correspondência de Mário de Andrade”, AMARAL, 2001, p. 235.

3. COLI, 2000, p. 29.



do elíptico, crivado de alusões, inerente ao universo do discurso epistolar”, considerando que “as notas de pesquisa enriquecem a leitura ao iluminar o fragmento, possibilitando o entendimento de situações individuais e histórico-artísticas que as cartas apenas nuançam”.⁴ Coloca-se em prática, em bases críticas, o tipo de anotação preconizada pela pesquisadora francesa Colette Becker, em seu seminal artigo “O discurso de escolta: as notas e seus problemas (o exemplo da correspondência de Zola)”, publicado em 1984.⁵

Além das notas que contextualizam o diálogo epistolar, a coleção procura oferecer a “análise material dos manuscritos”, propiciando uma “visualização do suporte”, de modo a aproximar o leitor fisicamente dos documentos”, privilégio do pesquisador nos arquivos.⁶ A chamada “análise documentária”, essencial nas pesquisas com manuscritos, pois historiam a materialidade da escrita e os seus significados,⁷ entretanto, nem sempre foi considerada relevante. Em 1996, por exemplo, o crítico literário Wilson Martins desmerecia esse tipo de informação presente em *Mário e o pirotécnico aprendiz*, livro que congrega cartas de Mário de Andrade e do contista mineiro Murilo Rubião.⁸

A Correspondência de Machado de Assis, em cinco encorpados volumes, difundidos entre 2008 e 2015, colige as cartas escritas e recebidas pelo autor carioca. A empreitada editorial foi levada a cabo

4. “A Coleção Correspondência Mário de Andrade”, MORAES, 2001, pp. 10-11.

5. FRANÇON & GOYARD, 1984.

6. “A Coleção Correspondência Mário de Andrade”, MORAES, op. cit., pp. 11-12.

7. Alain Pagès, em “A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autôgrafos”, afirma: uma “carta comunica sua mensagem não somente pelo texto que propõe, mas também pela multiplicidade dos signos que acompanham o texto: a forma da escrita, a ocupação do espaço da página, o número de folhas, os acréscimos colocados nas margens, a assinatura etc.” (PAGÈS, 2017).

8. “Caberia evitar, por desnecessários e descabidos, os requintes paleográficos em que se comprazem [...] os andradinos do IEB-USP [...]. Não havendo dúvida quanto à autoria, aos destinatários e às datas, não se justifica tratar originais modernos como se fossem manuscritos antigos, indicando a máquina em que foram datilografados, a milimetragem exata das folhas, as marcas de fungo no papel e a cor da tinta usada nas assinaturas. Tais identificações, pertencendo ao domínio da falsa erudição, nada acrescentam nem ao conhecimento, nem à história literária, nem à biografia dos autores”. MARTINS, 2002, p. 272.



pelas pesquisadoras Irene Moutinho e Sílvia Eleutério, sob a direção do acadêmico Sérgio Paulo Rouanet. Representou um admirável e bem-sucedido esforço de localizar cartas dispersas do escritor, sob a guarda de diversas instituições e de colecionadores, transcrevê-las fielmente e contextualizá-las por meio de substancial anotação. A mais “trabalhosa” dessas atividades, de acordo com o coordenador, teria sido a decifração das mensagens a partir de “manuscritos velhos de às vezes 150 anos, com passagens quase ininteligíveis, e com o papel frequentemente danificado”. A partir desse trabalho “sistemático” tornou-se possível “corrigir alguns equívocos de datação e de leitura, que vinham se reproduzindo” em edições anteriores. A terceira tarefa, a “contextualização” das cartas, significou, para a equipe, igualmente, um “enorme trabalho”, cabendo-lhe a identificação dos missivistas, a atestação de datas e elucidação de alusões na correspondência. Detendo-se nesse labor sem remates, informa o responsável pela edição: “Multiplicamos notas explicativas em cada carta, tanto as que se referem à vida pessoal dos correspondentes como as que dizem respeito a figuras e acontecimentos, no Brasil e no mundo, que Machado e seus correspondentes conheciam, mas que nem todos os leitores de hoje têm a obrigação de conhecer”. O projeto guardava em seu horizonte “ser útil aos pesquisadores que no Brasil e no exterior se dedicam ao estudo da vida e obra de Machado de Assis”.⁹

A Coleção Correspondência Mário de Andrade e a Correspondência de Machado de Assis colocam em pauta alguns dos principais desafios do pesquisador da epistolografia: a localização de documentos dispersos em arquivos públicos e privados, a decifração de múltiplas caligrafias idiossincráticas, a apreensão dos significados presentes na própria materialidade das cartas, a abordagem de um discurso essencialmente alusivo e a compreensão abrangente dos eventos biográficos, históricos, sociais, culturais, políticos, culturais e econômicos refletidos nessas cartas. Nesses termos, do pesquisador devotado à publicação de correspondências, balizada pelo rigor metodológico e crítico, exige-se uma formação abrangente e interdisciplinar. E dos estudiosos que se debruçam sobre documentação epistolar preservada em acervos, com outros interesses investigativos, não se exige menos. Afirma José-Luís Diaz, em seu artigo “Qual genética para as correspon-

9. ROUANET, MOUTINHO & ELEUTÉRIO, 2008, pp. XIV-XV; XVII.



dências?": "Uma carta é um objeto semiológico complexo".¹⁰

Esses projetos editoriais, paradigmáticos, buscam oferecer documentação epistolar fidedigna que faculte interpretações consistentes em diversas áreas do conhecimento, seja nos estudos linguísticos e literários, seja nos domínios do memorialismo, da história, da sociologia, da antropologia, da psicologia etc. Também propiciam, por meio das notas, uma abrangente legibilidade do contexto da produção das mensagens. Outros estudiosos da epistolografia, mais comumente ligados a universidades, contribuíram igualmente para que houvesse um significativo avanço nos estudos de cartas no Brasil, em particular no desenvolvimento de uma "crítica epistolográfica". Esses estudos referendam a grande potencialidade das correspondências enquanto fonte e objeto de pesquisas.

As cartas de Mário de Andrade e de Machado de Assis, espelhando redes de sociabilidade, retratam o dinamismo das trocas intelectuais e artísticas, bem como os interesses pessoais e ideários coletivos que as movem. Nas conexões que os dois autores fomentaram, vincadas pela afetividade, friccionam-se projetos estéticos, sociais, políticos etc., trazendo à tona negociações, consensos e rupturas. A Academia Brasileira de Letras e o seu funcionamento nos primeiros tempos presentificam-se nas cartas de Machado; a discussão sobre o nacionalismo, posteriormente à Semana de Arte Moderna de 1922, espraia-se nas mensagens de Mário. As correspondências, ao favorecer o embate de ideias, testemunham movimentos reflexivos abertos, mobilização de ações em processo, muito mais que ideias engessadas ou acontecimentos fechados em si. Na seara da crítica genética, em seus vínculos com os estudos literários, as cartas permitem observar a criação compartilhada de escritores, trocas que implodem a ideia de autoria estrita. A correspondência trocada entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira, no plano das "afinidades eletivas" e dos vínculos intelectuais simétricos, oferece numerosos exemplos. Na rapsódia *Macunaíma* constata-se sugestões de reelaboração estrutural, oferecidas pelo autor de *Libertinagem*. E um verso de poema abandonado por Mário ressurgiu em "Camelôs", de Bandeira, conforme este último documenta em carta de dezembro de 1924: "Tinha feito uns versos, onde descubro que há uma coisa sua. Naturalmente me ficou da leitura que você fez

10. DIAZ, 2007, p. 142.



dos 'Kinderszenen' em casa do Ronald [de Carvalho]. // Como você não pretende publicar as 'Cenas', venho pedir-lhe licença para o plágio. [...] Me dá aquele 'chi que engraçado'?"¹¹

Contraopondo-se a edições de correspondências balizadas pelo rigor metodológico, chegou às livrarias, entre 2000 e 2021, um número expressivo de publicações de cartas preparadas por não especialistas. Estas se propuseram a colocar em circulação matéria considerada de interesse histórico, ou mesmo de interesse mais restrito, ligando-se à esfera familiar. Essas obras, passíveis de críticas em relação aos pressupostos científicos que as embasaram, suscitam reflexões sobre o modo como, mais amplamente, no âmbito cultural, se compreende a carta. Alguns desses livros difundem curiosas percepções acerca da produção epistolar de personalidades brasileiras.

Querido poeta. Correspondência de Vinicius de Moraes, "seleção, organização e notas" de Ruy Castro, obra lançada em 2003, traz uma breve apresentação, intitulada "A vida ao contrário". Para o biógrafo, as cartas do poeta carioca seriam um "documento surpreendente", pois fornecem outra representação do autor, diversa da festiva e festejada imagem pública que foi sendo por ele construída ao longo dos anos. Explica o jornalista: "A leitura de suas cartas (e só nelas se veem os poetas despidos daquela metafórica túnica branca que eles costumam usar ao escrever) revela que Vinicius passou boa parte da vida protagonizando dramas comuns a muita gente". Nesses termos, as missivas do criador de "Soneto da fidelidade" permitiriam aos leitores "descobrir" um homem "inseguro, frágil, quase impotente diante de uma situação". Nelas, ele figuraria como "o herói reduzido à sua mais humana condição"¹² Cartas poderiam, assim, "humanizar" personalidades do campo literário, tirando-lhes a aura de seres favorecidos pelo talento, para colocá-las no mesmo nível prosaico dos consumidores de literatura, forçando uma artificiosa aproximação entre elas e seus admiradores.

Essa mesmo objetivo de "desmitificar" personalidades por meio de sua correspondência perdura em *Titília e o Demonão, cartas inéditas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*, como evidencia o próprio título jocoso do livro, valendo-se da forma pela qual os correspondentes se

11. MORAES, 2001, p. 158.

12. CASTRO, 2003, pp. 11-12.



tratavam na intimidade epistolar. A obra, publicada em 2011, contendo “apresentação, notas e transcrições das cartas” a cargo de Paulo Rezzutti, oferece também um (incômodo) prefácio de Paulo Schmidt. Nesse texto, perpetrando anacronismo (“Domitila de Castro Canto e Melo, a jovem divorciada [sic]”) e valendo-se do folhetinesco (“tórrido *affair* com dom Pedro I”), o prefaciador assegura que “o maior deleite que a leitura” das cartas propicia é a constatação da “profunda humanidade do imperador do Brasil”. Em complemento, aniquila representações aristocráticas: “Muitas [cartas] são tão prosaicas que poderiam ter sido escritas por qualquer plebeu à sua pequena”. Para o apresentador da coletânea, essa documentação da vida privada de “um dos mais humanos vultos da nossa história” lograva “derruba[r] certos mitos”, entre os quais o de que “a marquesa manipulava o soberano”.¹³

Um dos mais persistentes “mitos” em torno das cartas, vicejantes nos prefácios de edições de correspondência desde o século 19 no Brasil, diz respeito à pretensa capacidade da epistolografia de “revelar” algo que se furta a se manifestar em escritos públicos. O fato de a carta circular protegida pelo sigilo, garantindo o direito do cidadão à intimidade, talha a defeituosa percepção de que ela seja portadora da “sinceridade”, da “autenticidade” e da “verdade” do sujeito. Assim, nas cartas, a suposta realidade emergiria sem véus, desnudada. E a personalidade que as assina surgiria em sua essência última, em contraste com os mascaramentos forjados nos vínculos sociais.

A historiadora Teresa Malatian, em seu iluminador estudo “Narrador, registro e arquivo”, forneceu algumas balizas críticas para uma abordagem adequada das cartas. Para ela,

ao analisar a correspondência como **objeto**, o historiador levará em conta seu caráter altamente subjetivo e, mais do que a veracidade dos fatos e a sinceridade do escritor, buscará, nesses documentos, a expressão e a contenção do eu, em seus diversos papéis sociais, em termos de sentimentos, vivências e, principalmente práticas culturais. [...] considerar as cartas como **fontes**, solicita do historiador os procedimentos de crítica documental que são usualmente empregados a toda documentação escrita, acrescida da

13. SCHMIDT, 2011, p. 12; 14; 16.



precaução baseada no seu caráter subjetivo.¹⁴

Penny Summerfield, em “Historians’ uses of letters”, configura um abrangente e prestativo mapa dos diferentes modos como historiadores, dos anos 1960 a 2010, vêm se debruçando sobre as cartas, ora para flagrar nelas “detalhes factuais”, ora para observar “práticas sociais e culturais” e ter acesso à “subjetividade” dos correspondentes. A historiadora considera (pelo menos) cinco pressupostos na exploração do gênero epistolar:

Primeiro, do século 18 ao 20, a escrita de cartas se balizava em modelos ensinados na escola ou encontrados em manuais e coletâneas de cartas publicadas. Segundo, em determinadas circunstâncias sociais e políticas, como guerra, prisão ou situação de opressão, a escrita de cartas era constrangida externamente por censura oficial. Terceiro, autocensura, simbolizada por rasura, folhas de papel amassadas na lixeira e cartas não enviadas, também faz parte da escrita de cartas. Quarto, muitas correspondências, ainda que pessoais, não eram privadas. Em [algumas] sociedades [...] ler uma carta era com frequência uma experiência coletiva, não solitária, e os autores esperavam que suas cartas fossem compartilhadas, e não que fossem uma comunicação privada. Quinto, a carta não é apenas um receptáculo de um conteúdo escrito, mas também um objeto, produzido em um contexto [histórico] e dentro de um sistema postal que podem, eles mesmos, admitir significados simbólicos.¹⁵

Algumas edições de correspondência difundidas no Brasil alimentaram noções equivocadas. Em 1896, no prefácio das *Cartas do imperador dom Pedro I a Domitila de Castro (Marquesa de Santos)*, o anônimo organizador, desqualificando a monarquia nos primeiros tempos da república, considera que as cartas coligidas no livro “revelam o homem e o príncipe sob o aspecto verdadeiro, sem disfarces de conveniência, sem a dissimulação obrigatória imposta pela posição política e sem o aparato sugestivo e falso que soe cercar os reis quando se exibem aos

14. MALATIAN, 2009, p. 204.

15. SUMMERFIELD, 2019, pp. 23-24. Tradução nossa.



seus vassalos”.¹⁶ Em 1919, Homero Pires, ao prefaciар as *Cartas políticas e literárias* de Rui Barbosa, opõe textos que o político baiano destinou à publicidade àqueles de circulação limitada:

Nas missivas particulares, que se dirigem de um a outro coração, sem a suspeita da publicidade, [Rui] se revela tal qual é, na intimidade das suas ideias, na expansão livre do seu gênio, das suas predileções, das suas leituras, na facilidade desartificiosa da língua escrita do primeiro jato, sem o cunho, a marca solene da gravidade dos trabalhos, que aos prelos se reservam.¹⁷

Em 1980, Heloísa Ramos, ao publicar as *Cartas* assinadas por seu marido, Graciliano, a diversos destinatários, desconecta as imagens do ficcionista e a do homem. Justifica-se pela tardia difusão dos documentos que mantinha em seu poder:

O escritor, cidadão que viveu o seu tempo e sobre ele opinou de maneira tão particular, deu-se generosamente a todos através de sua obra de criação [...]. É natural que da ressonância obtida ao longo do tempo pelos seus romances, contos e volumes de memórias, de par com sua visão acerbamente crítica da realidade, tenha surgido uma imagem idílica do homem: a obra de ficção por ele criada criou, por sua vez, a figura fictícia de seu criador. Também para não interferir com este fenômeno, legítimo e por certo lisonjeiro, preferi manter inéditos os papéis reveladores de sua convivência familiar e com amigos íntimos, que mostram sua verdadeira face.¹⁸

O termo “desvendar” firma-se como sinônimo de “revelar”, na mesma suposição de que o testemunho epistolográfico permite o acesso a uma realidade verdadeira e inteiramente desconhecida dos leitores. É o que se lê na introdução *Abrindo um cofre: Cartas de dom Pedro II a condessa de Barral*, edição de 1956: “As cartas do austero dom Pedro

16. *Cartas do imperador dom Pedro I a Domitila de Castro* 1896, p. 5.

17. PIRES, 1919, p. IV.

18. “Nota de Heloisa Ramos”, AMADO, 1980, pp. 9-10.



II à sedutora Condessa de Barral vão desvendar agora a ardorosa vida sentimental do Imperador”.¹⁹ O uso persiste em edições mais recentes, com a finalidade de hipervalorizar a documentação que se pretende difundir. “Revelar”, “desvendar”, “desvelar” e verbos do mesmo campo semântico, em tempos voyeurísticos como o de agora (fisionomia de uma “sociedade da transparência”, na percepção do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han),²⁰ têm grande força mercadológica.

Expressões como “sem disfarces”, “tal qual é” ou “verdadeira face”, significando a apreensão da verdade íntima do sujeito, ajudam a fundar e difundir percepções defeituosas acerca da epistolografia. No lugar de manifestar a “essência” do sujeito e a “verdade” dos fatos, compreende-se que as cartas ofereçam estratégias discursivas, em vista de objetivos precisos do remetente para convencer ou comover o destinatário. Em vez da “verdade”, impõem-se as múltiplas “encenações” do missivista, em face de diferentes interlocutores, em consonância com seus desígnios momentâneos definidos no fluxo do diálogo. Ler cartas pressupõe, portanto, a compreensão de figurações instauradas no processo epistolar. Manuel Bandeira, em dezembro de 1925, acusou a flagrante autorrepresentação de Mário de Andrade, emparelhando a imagem do amigo com quem poucas vezes estivera pessoalmente e a do outro com quem travava uma assídua e densa correspondência desde 1922:

Há uma diferença grande entre o você da vida e o você das cartas. Parece que os dois vocês estão trocados: o das cartas é que é o da vida e o da vida é que é o das cartas. Nas cartas você se abre, pede explicação, esculhamba, diz merda e vá se foder; quando está com a gente é... paulista. Frieza bruma latinidade em maior proporção pudores de exceção.²¹

A palavra “documento”, quando atrelada à carta e à correspondência, também suscita ponderações. Ângela de Castro Gomes, no prefá-

19. SODRÉ, 1956, p. 80.

20. Assegura Byung-Chul Han: “A coação por transparência, hoje, não é um imperativo explicitamente moral ou biopolítico, mas sobretudo um imperativo econômico; quem se ilumina completamente e se expõe e se oferece à exploração econômica”. HAN, 2017, p. 113.

21. Carta de Manuel Bandeira a Mário de Andrade, 16 dez. 1925. MORAES, 2001, p. 264.



cio de *Em família: A correspondência de Oliveira Lima a Gilberto Freyre* (2005), apura significados mais produtivos para o termo na órbita da epistolografia. Para ela, a correspondência, no campo letrado, é geralmente entendida “como um elemento que pode iluminar a compreensão da obra de um intelectual”. Assim,

ela é um documento – uma fonte – para contextualizar sua produção, fornecendo informações sobre questões que têm a ver com a criação, a circulação e a recepção de sua obra. Uma perspectiva rica e acertada, que se sofisticou com o crescimento da história cultural e, em seus domínios, da história de intelectuais e da leitura. Uma perspectiva que transformou a correspondência além de fonte, em objeto privilegiado de pesquisa.²²

Em 1872, o senador José Antonio Saraiva faz publicar, na Bahia, “correspondência e documentos oficiais”, oferecendo um relato da missão que coordenara, em 1864, para “obter do governo de Montevidéu uma série de medidas que garantissem os direitos dos Brasileiros, residentes no Estado Oriental”. Ele adverte na apresentação do livro que esses papéis sob a guarda da Secretaria dos Negócios estrangeiros vinham à luz, por iniciativa sua, para “restabelecer [...] a verdade dos fatos”. Afinal, deseja “proporcionar [...] a leitura dos documentos indispensáveis para que se possa formar acerca de [seus] atos um juízo seguro e imparcial”.²³ Na mesma qualidade de “documentos”, registros da história, foram tomadas, em 1956, as cartas jesuíticas difundidas por ocasião das comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo. Para o organizador, o padre Serafim Leite, elas seriam “documentos da mais alta importância para a formação histórica da nação brasileira, e por os Padres da Companhia de Jesus se ligarem estreitamente à própria fundação da Cidade”.²⁴ No mencionado *Titília e o Demonão*, o prefaciador, em uma epígrafe, se refere às cartas de Pedro I no livro como “apenas a maior descoberta de documentos da História do Brasil”.²⁵

22. GOMES, 2004, p. 12.

23. *Correspondência e documentos oficiais relativos à missão especial do conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio do Prata em 1864, 1872*, s.n.p.

24. LEITE, 1956, p. 5.

25. SCHMIDT, op. cit., p. 12.



Que tipo de “documento”, afinal, é uma carta? Na acepção acima firmada, equivale a uma comprovação: prova de uma ação política; prova da fundação de São Paulo e da formação de uma certa ideia de nação; prova de ações ordinárias do primeiro imperador brasileiro, visto em sua intimidade. Contudo, essas cartas não são evidências (mesmo no primeiro caso, documentos chancelados pelo Estado); apenas fornecem dados para o delineamento de processos históricos e de esforços biográficos. Esses documentos de razão institucional ou da vida privada se juntam a outros, de diversificada natureza, e nas mãos de historiadores impulsionam narrativas embasadas em pressupostos interpretativos de largo espectro crítico (e ideológico). O historiador revisita o passado e fundamenta suas percepções no emparelhamento da diversificada matéria discursiva e iconográfica de que dispõe, friccionando informações e os significados que elas produzem, comparativamente.

A carta, mais comumente, é vista com um “documento” que oferece informações biográficas, testemunha os processos de criação de uma obra literária ou artística, registra uma situação vivenciada individual ou coletivamente (expressões identitárias ou de uma classe social etc.) O depoimento epistolar como (eventual) “prova”, entretanto, deve ser percebido a partir de rigorosos parâmetros avaliativos. Em primeiro lugar, as afirmações lançadas em cartas resultam de encenações discursivas modeladas em face dos diferentes destinatários. Ou seja, configuram-se como “verdades” apenas dentro de um espaço discursivo específico, ou seja, no território do diálogo epistolar. As correspondências pressupõem sempre o assentamento de pactos, mais ou menos explícitos. Esses contratos, que podem ser reconfigurados ao longo da interlocução, definem o alcance das confidências, as manifestações de afeto, o tensionamento dos debates etc. As declarações do missivista lançadas ao longo de uma correspondência refletem posturas e posicionamentos momentâneos, passíveis de remodelação no decorrer do tempo. Essas mesmas considerações devem ser observadas dentro de uma rede testemunhal epistolar ainda mais abrangente, ou seja, no conjunto de comunicações do missivista. “Documento”, portanto, em sentido restrito, pois moldado em um contexto elocutivo, situado em um ponto preciso de temporalidade. E, assim sendo, esses depoimentos, muitas vezes contraditórios ou ambivalentes, não se prestam a validar percepções totalizantes acerca de um sujeito. Teresa Malatian



ensina, com muita clareza: “É importante definir qual a *questão* a ser colocada ao documento para que ele nos fale algo. Valem para isso ainda as famosas perguntas: *quem, quando, onde, como e por que uma carta é escrita?*”.²⁶

Em relação aos depoimentos epistolares de escritores e artistas das artes visuais acerca de seus processos criativos, a ideia de “documento” também periclitada. O autor, quando testemunha circunstâncias, gênese e fases da gestação de uma obra, também propaga, entre seus correspondentes, um determinado imaginário acerca de seu trabalho e de seu ideal estético. Interpretações interessadas acompanham os gestos da criação. Recorro à formulação de José-Luís Diaz, quando alerta: “Devemos desconfiar da gênese ‘exibicionista’, mais ou menos inventada e encenada...”.²⁷

Um olhar mais detido sobre as apresentações e prefácios das publicações de cartas ao longo de sua história editorial favorece instigantes reflexões. Essas edições defendem a inegável contribuição da epistolografia na recomposição biográfica e histórica, como também ensejam enganosos imaginários, que atendem a expectativas e anseios do público leitor. Para os estudiosos que tomam a epistolografia como objeto e fonte de suas pesquisas, nunca será demais colocar à prova as cartas, ponderando criticamente sobre a sua condição de “documento”.

26. MALATIAN, op. cit., pp. 203-04.

27. DIAZ, op. cit., p. 125.



Referências

AMADO, James (Ed. e apres.). *Cartas. Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

AMARAL, Aracy (Org., intr. e notas). *Correspondência Mário de Andrade & Tarsila do Amaral*. São Paulo: Edusp/IEB-USP, 2001.

BECKER, Colette. “Le Discours d’escorte: L’annotation et ses problèmes (à propos de la correspondance de Zola)”. In: FRANÇON, André & GOYARD, Claude (Org.). *Les Correspondances inédites*. Paris: Economica, 1984. [Edição brasileira: BECKER, Colette. “O discurso de escolta: as notas e seus problemas (o exemplo da correspondência de Zola)”. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2013 Tradução Lígia Fonseca Ferreira. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/339>>. Acesso em 1/5/2022.]

CARTAS do imperador dom Pedro I a Domitila de Castro (Marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Tipografia Moraes, 1896, p. 5. Disponível em: <<http://archive.org/stream/cartasdoimperad00santgoog#page/n4/mode/2up>>. Acesso em 2/5/2022.

CORRESPONDÊNCIA e documentos oficiais relativos à missão especial do conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio do Prata em 1864. Bahia: Tipografia do Diário, 1872.

CASTRO, Ruy (Sel., org. e notas). *Querido poeta: Correspondência de Vinicius de Moraes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COLI, Jorge. “O envelope aberto”. *Folha de S. Paulo*. Mais! São Paulo, 20 ago. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2008200016.htm>>. Acesso em 2/5/2022.

DIAZ, José-Luiz. “Qual genética para as correspondências?”. Trad. Cláudio Hiro, colab. Maria Sílvia Ianni Barsalini. *Manuscrita: revista de crítica genética*, São Paulo, n. 15, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/manuscrita/article/view/177609>>. Acesso em 1/5/2022.

GOMES, Ângela de Castro (Org., intr. e notas). *Em família: Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado do Livro, 2004.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.



LEITE, Serafim S. I. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, I (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956.

MALATIAN, Teresa. “Narrador, registro e arquivo”, in PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Wilson. *Pontos de Vista* (crítica literária) 14. – 1995/1996/1997. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.

MORAES, Marcos Antonio de (Org., intr. e notas). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2ª ed. São Paulo: Edusp/IEB-USP, 2001.

_____. “Correspondências à deriva: por uma história das edições de carta no Brasil”. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MAIA, João Marcelo Ehlert & PINHEIRO, Cláudio Costa (Orgs). *Ateliê do pensamento social: Métodos e modos de leitura com textos literários*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2016.

PAGÈS, Alain. “A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, n. 67, 2017. Trad. Ligia Fonseca Ferreira. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/137569>>. Acesso em 2/5/2022.

PIRES, Homero (org.) *Ruy Barbosa. Cartas políticas e literárias*. Bahia: Livraria Catilina, 1919.

ROUANET, Paulo Sergio (Coord. e orient.); MOUTINHO, Irene; ELEUTÉRIO, Sílvia (Reunião, org. e com.). *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo I – 1860-1869. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Ministério da Cultura- Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

SCHMIDT, Paulo. “Prefácio”. In: REZZUTTI, Paulo. *Titília e o Demônio: Cartas inéditas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*. São Paulo, Geração Editorial, 2011.

SODRÉ, Alcindo. *Abrindo um cofre: Cartas de Dom Pedro II à Condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956.

SUMMERFIELD, Penny. *Histories of the Self: Personal Narratives and Historical Practice*. Nova York: Routledge, 2019.

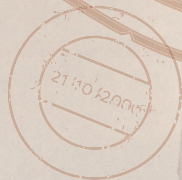


...ar, pôde saír para tudo.
...caremos com outros ryo-
...s quizer ou tauri para

...qui houteu pelo Cuzem do
...a Deus já chegou de
...deus, está seu Habuun Bhy
...a Alcinha. Mal tá tríp
...lia es agradecido para vcs

Caros.

...da Lira Doria
07



FUNDAÇÃO

FERNANDO

HENRIQUE

CARDOSO